



Assembleia Municipal de Caminha

ATA Nº 21/17-21 SESSÃO ORDINÁRIA 2021/04/30

Aos trinta dias do mês de abril de dois mil e vinte e um, no edifício do Cineteatro do Bombeiros Voluntários de Vila Praia de Âncora, reuniu a Assembleia Municipal de Caminha.

Às 21H00M, o **Presidente, Luís Augusto Pestana Mourão**, abriu a Sessão saudando todos os presentes.

Foi entregue ao Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, em cumprimento do disposto no artigo 49º e do n.º 1, do artigo 53º, do Regimento deste Órgão, a comunicação de impossibilidade de presença e respetivo pedido de substituição, do Senhor(a) Deputado(a):

- Liliana Bouça da Silva, Vereadora eleita pelo Partido Social Democrata, faltou.
- Paulo Pereira, Vereador eleito pelo Partido Social Democrata, faltou.
- Carlos Fernandes Alves de Castro, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Praia de Âncora, substituído por Luis Filipe Silva Matias.
- Carlos Alberto da Cunha Alves, Presidente da Junta de Freguesia de Vilar de Mouros, substituído por Ana Cristina Serro Barreiros.
- Marina Sola Gonçalves, eleita pelo Partido Socialista, foi substituída por Tânia Marisa Magalhães Aldeia.
- Filipe Samuel Baltazar Fernandes, eleito pelo Partido Socialista, foi substituído por Vítor José Brás Rocha.
- João Filipe da Costa Lages, eleito pelo Partido Social Democrata, foi substituído por José Valdemar Ferreira Vieira.
- Rui Taxa Araújo, eleito pelo Partido Social Democrata, foi substituído por Ricardo Jorge Rodrigues Cunha.



Assembleia Municipal de Caminha

Estavam presentes todos os elementos do PS, CDU e PSD num total de 33 elementos.

O **Senhor Presidente da Mesa** leu a Ordem de Trabalhos, que a seguir se transcreve:

1º - Período de Intervenção do Público.

2º - Período da Antes da Ordem do Dia:

- a) – Informações da Mesa;
- b) – Outros assuntos de interesse municipal a colocar pelos Membros da Assembleia;

3º - Período da Ordem do Dia:

- a) – Apreciação de Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara sobre a Atividade do Município e a Situação Financeira do Mesmo;
- b) – Aprovação da ata da sessão ordinária de 26 de fevereiro 2021;
- c) – Revogação dos Protocolos de Apoio às Freguesias, e a Atribuição de Subsídio a cada Junta de Freguesia igual ao Montante Pecuniário Constante nos Protocolos Ora Revogados;
- d) – Alteração Modificativa ao Orçamento (Inserção de Rubrica);
- e) – Alteração Modificativa ao Orçamento;
- f) – Acordo de Mutação Dominial de Troço da EN13 a Celebrar com as Infraestruturas De Portugal, S.A.;
- g) – Protocolo de Cooperação e Apoio Financeiro entre o Município de Caminha e a Fundação AMA Autismo no âmbito do Projeto Campus AMA;
- h) – Concurso Público para Aquisição de Serviços de Comunicações de Voz e Transmissão de Dados;
- i) – Adesão da Assembleia Municipal de Caminha à ANAM - Associação Nacional de Assembleias Municipais;



Assembleia Municipal de Caminha

- j) – Regulamento do Cartão Jovem do Município de Caminha;
- k) – Alteração à Postura de Trânsito e Estacionamento na União de Freguesias de Caminha (Matriz) e Vilarelho.

1.º - PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Não houve intervenção do público.

2.º- PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

a) – Informações da Mesa

O **Senhor Presidente da Mesa, Luis Mourão**, disse que chegou à mesa um Voto de Pesar, em nome de Joaquim Barreiros, apresentado pelo Grupo do Partido Social Democrata, e uma Moção, apresentada pelo representante do Grupo Parlamentar da Coligação Democrática Unitária, que se intitula “1º de Maio”.

O **Senhor Deputado Carlos Videira**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Caminha, Senhor Presidente da Câmara Municipal de Caminha, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, ilustres Munícipes que nos seguem de casa e Comunicação Social, e leu o Voto de Pesar; “Faleceu no passado dia 7 de abril, aos 102 anos, Joaquim de Matos Fernandes Barreiros, uma das figuras mais populares de Vila Praia de Âncora e do concelho de Caminha.

Personalidade ímpar da nossa cultura e grande referência do mundo da música popular, Joaquim Barreiros, nascido em São Paulo, no Brasil, esteve ligado a vários ranchos folclóricos como acordeonista e foi um dos fundadores do



Assembleia Municipal de Caminha

Conjunto Alegria que durante décadas animou e abrilhantou centenas de festas e bailes em inúmeras terras de todos os concelhos do Alto Minho.

Entre os vários prémios e reconhecimentos que lhe foram atribuídos, recebeu a Medalha de Mérito Cultural, iniciativa aprovada por unanimidade, pela Câmara Municipal de Caminha em 1993.

Era também presença assídua e animada na Praça da República de Vila Praia de Âncora, onde possuía a sua icónica oficina de reparação de bicicletas, acorrendo às solicitações diárias de crianças e jovens de várias gerações da freguesia.

Um percurso de vida intenso onde somou amizades e conquistou o carinho e respeito de toda a população, que lhe retribuiu, em vida, com a organização de várias homenagens ao longo dos anos, prestando-lhe o devido reconhecimento.

Assim, é proposto que a Assembleia Municipal de Caminha, reunida a 30 de abril de 2021, delibere aprovar um voto de pesar pelo falecimento de Joaquim de Matos Fernandes Barreiros e endereçar à família as mais sentidas condolências.”

A **Senhora Deputada Paula Aldeia**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Caminha, Senhor Presidente da Câmara Municipal de Caminha, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, caros munícipes que nos seguem de casa e Comunicação social, e disse que o Partido Socialista se associa a este Voto de Pesar, e irão votar favoravelmente.

De seguida o **Senhor Presidente da Mesa**, propôs o Voto de Pesar para votação, a qual foi aprovado por unanimidade.

O **Senhor Deputado da Coligação Democrática Unitária Joaquim Celestino Ribeiro**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Deputados,



Assembleia Municipal de Caminha

Senhores Presidentes da Junta, ilustres Múncipes e Comunicação Social, e leu a seguinte Moção:

“1º de Maio”

A justa reivindicação do movimento operário pelo estabelecimento das oito horas de trabalho diárias está hoje assumida como um marco da afirmação das classes trabalhadoras, levando à comemoração internacional de todos os trabalhadores, a 1 de Maio de cada ano. Uma comemoração que recorda a luta mártir de trabalhadores, trazendo à memória os episódios repressivos de 1886. Entre estes, os de Chicago, que reuniram dezenas de milhares de trabalhadores em greve, sendo de imediato alvo da maior agressão policial, gerando mortos e feridos graves em várias empresas. Três dias depois, em pleno comício de solidariedade, é lançada uma bomba entre os participantes, levando à morte de 4 trabalhadores e ao início de uma repressão generalizada contra o movimento operário, e particularmente contra a organização sindical. Oito líderes sindicais, que ficarão para sempre conhecidos como os “mártires de Chicago”, seriam alvo de um julgamento fante e responsabilizados pelos acontecimentos de 4 de Maio, sendo quatro deles mortos, por enforcamento, a 11 de Novembro de 1887.

O primeiro de maio é por isso uma data de afirmação de valores de classe, de força e de solidariedade. É uma data que reconhece a luta contra a exploração em defesa de direitos laborais e sociais, de dignidade e de justiça. É o momento de concentração de esforços e unidade, lembrando o caminho encetado e organizando a defesa do trabalho com direitos e a condição do trabalhador. É a oportunidade de todos sermos convocados para a análise aos avanços e recuos que o mundo do trabalho regista, na influência que altera padrões sociais e identifica a sociedade que construímos.

Entre velhos problemas em novas lutas, é inegável o percurso que no nosso país, na sua história recente, se associa do 25 de Abril de 1974 e à importância das comemorações do 1º de Maio, desde esse ano até ao presente. Particularmente a esfera sindical, com a sua capacidade de organizar,



Assembleia Municipal de Caminha

impedindo que as liberdades e garantias dos trabalhadores sejam mais confinadas que as pessoas, pugnando pela afirmação do trabalho e dos trabalhadores, aqueles que afinal têm sido o motor do país no cenário triste que atravessamos.

Por isso importa não só comemorar como manter firme a adesão à luta, convocando toda a sociedade para as ações solidárias ao mundo do trabalho, recordando também as origens do 1º Maio.

Entre as várias questões que estão na ordem do dia das preocupações das classes trabalhadoras estão, seguramente, os salários e o emprego. Estas são questões centrais face às quais tardam respostas governativas que garantam salários ajustados aos padrões de vida digna no contexto nacional e que eliminem a precariedade laboral. As sucessivas revisões ao Código do Trabalho, com desvantagem para o trabalhador, em domínios como a contratação coletiva e despedimentos, aliadas à ausência de respostas efetivas em políticas e planos governativos, como o Plano de Recuperação e Resiliência, ou o Plano de Estabilidade 2021/2025, testemunham bem o quanto há ainda a fazer em união e compromisso na justa defesa dos trabalhadores. É igualmente preocupante, e um elemento de ação presente para se ganhar o futuro, a valorização do trabalho jovem. É da mais elementar justiça que os jovens queiram ingressar no mercado de trabalho, sendo nele acolhidos com ânimo e esperança. Por isso os jovens precisam de trabalho estável e com direitos para assim poderem construir o seu futuro com segurança, integrando o modelo social do país, garantindo o equilíbrio e a paz.

Assim, considerando:

1. Os princípios basilares da Constituição da República Portuguesa, resultante do processo de libertação do país, conseguida com o 25 de Abril de 1974;
2. A proximidade do 1º Maio e das comemorações do dia do Trabalhador;
3. O reconhecimento do município de Caminha aos trabalhadores, de forma geral, e aos trabalhadores da área territorial do concelho, em particular, da esfera pública, privada e social;



Assembleia Municipal de Caminha

4. A oportunidade de promover o envolvimento e a união em torno das questões centrais do mundo do trabalho e dos trabalhadores;
5. A importância do trabalho com direitos, justiça e estabilidade;
6. A necessidade da promoção da integração dos jovens no mundo do trabalho;
7. O aumento do número de trabalhadores em situação de desemprego, quebra de rendimentos e precariedade.

A Assembleia Municipal de Caminha, reunida em sessão ordinária de 30 de abril de 2021, delibera:

1. Pugnar pelos princípios e valores de Abril, em defesa da Constituição da República Portuguesa;
2. Afirmar a clara identificação dos órgãos autárquicos do município com os trabalhadores em geral e de forma muito particular com os trabalhadores municipais;
3. Saudar as comemorações do 1º de Maio, reconhecendo a identidade que o dia imprime na condição de trabalhador e na defesa dos direitos laborais;
4. Associar o município às comemorações do 1º de Maio, respeitando as normas de segurança que a situação atual exige, apelando à capacidade de promoção da Câmara Municipal de Caminha;
5. Mostrar total solidariedade para com todos os trabalhadores que vivem atualmente a situação de desemprego, de redução de rendimentos e de precariedade.

A presente moção de verá ser enviada para a Câmara Municipal de Caminha, Juntas de Freguesia e de Uniões de Freguesia do Concelho de Caminha, Representação Municipal do STAL – Sindicato dos Trabalhadores da Administração Local, Confederação Geral dos Trabalhadores Portuguesas – Intersindical Nacional (CGTP -IN), União Geral de Trabalhadores (UGT), Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP), Associação Nacional de Freguesias (ANAFRE), Grupos parlamentares representados na Assembleia da República.”



Assembleia Municipal de Caminha

De seguida o **Senhor Presidente da Mesa**, propôs a Moção para votação, a qual foi aprovada por unanimidade.

b) Outros assuntos de interesse municipal a colocarem pelos Membros Assembleia

O **Senhor Presidente da Mesa, Luis Mourão**, abriu as inscrições para este período e lembrou que os grupos do PS e PSD tinham 26 minutos e a CDU 8 minutos.

O **Senhor Deputado Carlos Videira**, deu início à sua intervenção;

“Na última Assembleia Municipal, o Executivo, os partidos políticos e os representantes das Juntas de Freguesia tiveram oportunidade de expressar as suas posições sobre o funcionamento das Águas do Alto Minho.

Independentemente de o resultado produzido não ter sido o proposto pela bancada do Partido Social Democrata, estamos certos que a denúncia dos problemas verificados e a argumentação exposta ao longo da discussão contribuiu para que o assunto tenha merecido a devida atenção por parte dos intervenientes no processo. Numa democracia, nenhum protesto é indiferente e cabe aos partidos a institucionalização do descontentamento das pessoas, convertendo-o em debate e escrutínio nos espaços de representação política.

Devemos reconhecer que face ao caos inicial foram registadas melhorias, nomeadamente no que diz respeito ao atendimento, e na gestão da empresa, nomeadamente com o afastamento do seu presidente não executivo, cujo comportamento ao longo dos últimos meses revelou sinais de enorme insensibilidade e minou a credibilidade da AdAM junto de todos os munícipes.

Apesar disso, o modelo adotado continua a ter como efeito piores serviços, muito mais caros e a revolta da população que não cala. A revolta e os protestos a que assistimos em todos os concelhos evidenciam a falta de



Assembleia Municipal de Caminha

confiança dos munícipes na empresa face à persistência dos erros de faturação.

A 17 de fevereiro, os presidentes das sete autarquias que integram a parceria concederam uma derradeira oportunidade às Águas do Alto Minho, afirmando que os problemas deveriam ser solucionados até à fatura do mês seguinte.

Infelizmente, segundo relatos da população, o mês de março voltou a ser marcado por situações de faturação indevida em vários concelhos, erros de leitura, valores cobrados que não correspondem aos valores consumidos e a cobrança de faturas apesar do cancelamento do pagamento por débito direto.

No dia 20 de abril, a DECO alertou para a atuação lesiva da AdAM, considerando ser exigível uma tomada de posição das autarquias. Para a DECO Minho, “existe um incumprimento por parte da empresa, sendo exigível às autarquias uma tomada de posição para que a situação seja regularizada sem custos para os consumidores, devendo haver compensação de todas as cobranças indevidamente efetuadas, acompanhada da suspensão da cobrança até à regularização dos serviços por parte da empresa”.

Após a audição parlamentar, o presidente da Câmara Municipal de Viana do Castelo admitiu que a “reversão está prevista no contrato, em determinadas condições e com algumas implicações financeiras de restituição de valores aos membros aderentes”, e que esse é “um cenário que está sempre em cima da mesa”. No entanto, na mesma declaração, o autarca afirmou que esse cenário neste momento “não se coloca”, por ter ocorrido, “no último mês um progresso muito significativo na qualidade do serviço prestado pela empresa”.

Nesse sentido, gostaria de perguntar ao Sr. Presidente da Câmara Municipal de Caminha se partilha deste entendimento? Quais as diligências efetuadas pelos municípios junto das Águas de Portugal e junto da tutela para assegurar a melhoria dos serviços prestados pela AdAM? Não tendo sido resolvidos os problemas de faturação durante o mês de março, prazo concedido na conferência de imprensa de 17 de fevereiro, quais foram as ações tomadas pelos sete municípios? Haverá contrapartidas pela cedência de trabalhadores



Assembleia Municipal de Caminha

municipais devido à incapacidade da empresa em dar resposta às solicitações que são da sua exclusiva competência?

Num outro âmbito, no passado dia 22 de abril, o Governo submeteu o Plano de Recuperação e Resiliência à Comissão Europeia sendo o primeiro Estado-Membro da União Europeia a concretizar a entrega da versão final.

Nunca a sociedade civil se tinha mobilizado tanto e em tão pouco tempo para ler um documento governamental como se mobilizou para ler este PRR, tendo sido recebidos mais de 1700 contributos no curto período de consulta pública que foi definido pelo Governo.

Em comunicado enviado às redações no início do mês de março, a Câmara Municipal de Caminha manifestou-se, e bem, contra a ausência de referências claras às empresas ligadas ao setor do Turismo, defendendo uma visão específica sobre o setor e o financiamento para campanhas de promoção do território. No entanto, na versão final do documento entregue em Bruxelas, com cerca de 370 páginas, a palavra “turismo” surge apenas 9 vezes. O turismo que se depara com uma crise sem precedentes e foi o setor exportador mais importante da balança comercial antes da pandemia foi esquecido, conforme referido pela Associação da Hotelaria, Restauração e Similares de Portugal.

No momento em que a União Europeia disponibiliza recursos sem precedentes para ajudar as economias a recuperar das consequências da pandemia, o Governo escolheu gastar esse dinheiro em obras e investimentos que não pagamos com os fundos da coesão.

No fundo, compensará a fraca execução dos fundos que já recebemos para suprir as nossas insuficiências nas obras públicas, na qualificação das pessoas e na competitividade, tudo áreas cobertas pelos fundos da coesão.

Estamos a utilizar o PRR para financiar as funções básicas do Estado em vez de, como era suposto, utilizar estes fundos para apoiar as empresas e famílias que sofreram, e sofrem ainda, com as consequências do confinamento.

É nesse sentido que gostaria de questionar o Executivo Municipal sobre a forma como poderemos ajudar as empresas do concelho de Caminha a mitigar



[Handwritten signature in blue ink]

Assembleia Municipal de Caminha

ou recuperar da queda económica que resulta da pandemia. De que forma é que será possível dar resposta ao pequeno negócio, ao restaurante, ao hotel, ao cabeleireiro, à livraria, à retrosaria, ao sapateiro ou ao ginásio que enfrentam as consequências de meses de confinamento?

Apesar das suas debilidades, o Plano de Recuperação e Resiliência apresenta-se também como uma oportunidade para o concelho de Caminha diversificar a sua economia. Como refere o documento: “uma indústria forte e baseada no conhecimento é fundamental para a recuperação económica e para uma resposta eficaz aos novos desafios sociais, como sejam a transição ecológica e digital. A industrialização do país deve ser, por isso, encarada como uma das vias prioritárias para alavancar o potencial de crescimento da economia portuguesa, contribuir para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e garantir uma melhoria sustentável do nível de vida da população.

A necessidade da aposta na industrialização e inovação tornou-se ainda mais relevante no contexto da atual pandemia, sendo uma peça-chave para reforçar a autonomia estratégica dos Estados Membros e da União, aumentando a resiliência económica e reduzindo a dependência de componentes ou de matérias primas críticas e a exposição a riscos de novas disrupções de cadeias de valor muito extensas”.

Nesse sentido, gostaria também de perguntar ao Senhor Presidente de Câmara de que forma é que o Município de Caminha se posicionará perante este desígnio e que estratégia assumirá para a criação e recuperação de espaços industriais no nosso território.

O **Senhor Deputado Vitor Brás**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Caminha, Senhor Presidente da Câmara Municipal de Caminha, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, caros munícipes que nos seguem de casa e Comunicação social, e deu início à sua intervenção;

“No passado domingo comemoramos o 47 aniversário de Abril de 1974.



Assembleia Municipal de Caminha

E que lindas comemorações organizadas pelo executivo, mais uma seção solene e oficial onde relembramos as memórias de abril e o que elas representaram para todos nós,

A Liberdade.

Lamento profundamente, a ausência de alguns responsáveis políticos que não se fizeram representar nas comemorações, trocando os cravos vermelhos pelo desvirtuar dos mesmos com entrega de cravos roxos.

Quase mais parece quererem esquecer os verdadeiros cravos e valores conquistados naquela madrugada de Abril de 1974.

Caras e caros deputados

Srº Presidente da Assembleia Municipal

Srº Presidente da Camara

Caros Munícipes,

Que bem me lembro de uma Assembleia Municipal do passado!

Onde, o então executivo PPD/PSD fez questão de comunicar que tinha cortado relações com a REFER e os sorrisos irónicos da mesma bancada.

Parecia que tinham atingido um grande feito histórico.

Efetivamente conseguiram mesmo, mas um feito Histórico negro, onde os Munícipes do Concelho de Caminha, em particular os de Vila Praia de Âncora, ficaram a saber bem, que aquele executivo PSD, não mais queria saber da passagem da travessa do teatro, deixando que assim permanecesse fechada, virando literalmente as costas aos comerciantes ali vizinhos e a toda a população Âncorense.

Srº deputados

Caros Munícipes,

Comunicação Social

Em 2013 quando este executivo chega ao comando dos destinos do nosso Concelho, confronta-se com aquilo que já sabia!

Não havia relações entre o Município de Caminha e a REFER, nem boas, nem más.



Assembleia Municipal de Caminha

Aliás muito ao estilo musculado do passado avesso ao diálogo.

Não havia um plano,

Não havia projeto,

Não havia rigorosamente nada,

Exceto uma certeza, a vergonha de termos esta via fechada.

Miguel Alves faz uma promessa ousada, difícil, mas sempre convicto de que conseguiria retomar as negociações com a REFER e encontrar uma solução para a passagem da Travessa do Teatro.

Promessa cumprida,

O Srº Presidente Miguel Alves e o Vice-Presidente Guilherme Lagido, deslocaram-se a Lisboa e retomaram o diálogo com a REFER que veio a verificar-se profícuo.

Em 2018 o projeto da travessia pedonal avançou.

É com diálogo que bem se serve uma população, foi com o diálogo e a persistência de todos aqueles que lutaram que hoje a temos aberta.

Sempre se soube que havia muitas limitações para uma passagem ali desnivelada.

Aliás, permitam-me lhes recordar em abono da verdade!

É tão verdade que toda a gente era conhecedora dessa realidade, até porque foi feita uma apresentação pública no local! Toda a gente. Ficou a saber que, face à morfologia do local, era impossível criar rampas ou elevadores na passagem.

Mais uma vez falo-vos em liberdade,

Hoje podemos livremente utilizar a travessa do teatro sem o denominado “muro da vergonha”

Hoje os Ancorenses devem sentir-se orgulhosos!

Não venham com demagogias bacocas dizendo,

Não tem rampa,

Não tem elevador,

Não dá para passar com carrinhos de Bebés.



Assembleia Municipal de Caminha

Basta de notícias falsas; que em nada contribuem para melhorar a vida quotidiana das pessoas e do comércio local ali acostado.

Um pouco mais a norte já tem uma passagem com as devidas condições para pessoas de mobilidade reduzida, cadeiras de rodas e carinhos de bebés, e, terá mais condições, na continuidade da obra, como é do conhecimento dos autarcas, para pequenas viaturas elétricas de pessoas com dificuldades de locomoção.

Permitam-me a ligação ao início da minha intervenção,

Um dia após as comemorações do 25 de abril é inaugurada a linha eletrificada do Minho, bem como a passagem desnivelada da travessa do teatro.

O Partido Socialista conseguiu o diálogo e estudou juntamente com a REFER, a melhor solução para aquele local.

Srº Presidente da Assembleia Municipal

Srº Presidente da Camara Municipal Miguel Alves

O Senhor cumpriu a promessa feita, honrou a sua palavra e a palavra de todos nós que sempre a defendemos.

O Srº Presidente prometeu, dialogou e cumpriu com o prometido, palavra dada é palavra honrada.

Portanto, para finalizar e sublinhar,

Parabéns Srº Presidente Miguel Alves pela sua persistência e resiliência,

Parabéns Vila Praia de Âncora, parabéns a todos os Ancorenses, por esta conquista.

A passagem está aí e já é uma realidade.

Termino mesmo, dizendo a todos aqueles, que viraram as costas à população de Vila Praia de Âncora, e que viram este executivo realizar obra com diálogo e eficácia, o seguinte, usando um excerto de uma frase de Pedro Abrunhosa numa das suas músicas.

Uma ferida que dói, não por fora, por dentro.”



Assembleia Municipal de Caminha

O **Senhor Deputado Ricardo Cunha**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Caminha, Senhor Presidente da Câmara Municipal de Caminha, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, caros munícipes que nos seguem de casa e Comunicação social, e deu início à sua intervenção;

“A todos boa tarde, o processo de reabilitação da marginal de Caminha tem levantado questões de vária ordem desde o início da intervenção. É nesse sentido que a bancada eleita do PSD de Caminha vem a esta Assembleia Municipal procurar obter resposta às dúvidas que vão assolando a população em geral.

Se é certo que o estado de degradação do espaço justificava uma intervenção de fundo de modo a corresponder às expectativas dos nossos munícipes e daqueles que nos visitam, entendemos também que este processo deveria ter sido mais participado, nomeadamente através da apresentação prévia do projeto que agora está a ser executado.

Lamentamos que o referido o projeto não tenha sido apresentado à população em geral e que os documentos relativos ao mesmo apenas tenham sido entregues aos vereadores eleitos pelo PSD de Caminha já com a obra em andamento e apenas e só após terem sido solicitados pelos mesmos.

Esta omissão de parte do projeto, para além de privar a oposição e os caminhenses da oportunidade de apresentar os seus contributos para a referida requalificação, levou a que houvesse um desconhecimento por parte da população em geral das alterações que viriam a ser produzidas, prazos de execução, bem como outras questões relevantes para o interesse público.

Apenas após a interpelação dos vereadores do PSD e do consequente envio da documentação é que ficamos a saber que seriam instalados pontos de luz e seria prolongada a ecovia em toda a extensão da marginal de Caminha.

No entanto, as obras encontram-se paradas há várias semanas, sem que tenha sido dada qualquer justificação para o efeito. Nesse sentido, a bancada eleita do PSD de Caminha nesta Assembleia Municipal pretende questionar o Executivo camarário sobre o motivo pelo qual as obras foram interrompidas e



Assembleia Municipal de Caminha

qual o seu impacto no prazo de execução da intervenção, nomeadamente se afetará a época balnear que se avizinha. Gostaríamos ainda de saber qual o motivo pelo qual não está afixada a placa identificativa com informação sobre a intervenção, financiamento, datas de execução e entidade responsável pela mesma.

Por outro lado, e pelo que é possível constatar pelo pequeno troço onde o piso já está colocado, a linha contínua externa da EN 13 encontra-se a poucos centímetros do bloco de cimento onde assenta a estrutura da ecovia. Quer por ser um espaço muito frequentado pela população, das mais diversas formas, quer pelo tráfego automóvel intenso que se verifica neste troço, a bancada eleita do PSD, indo ao encontro de várias interpelações nesse sentido, questiona o Executivo camarário sobre quais as medidas de segurança que serão tomadas para proteger e prevenir quedas para a EN13, evitando assim possíveis acidentes graves, visto que um pé mal colocado a correr ou a andar, uma distração na condução do velocípede, uma indisposição de um cidadão ou até mesmo uma brincadeira menos oportuna de uma criança pode originar uma situação de extrema gravidade devido à proximidade entre a estrutura da ecovia e a faixa de rodagem da EN13.”

O Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro, começou por questionar o Senhor Presidente da Mesa, se foram instituídas as sessões da Assembleia para as 18.30horas, uma vez que a Comissão Permanente desta Assembleia não reúne, e por isso, não sabe quem tomou a decisão, se foi a mesa de livre e espontânea vontade, ou, se auscultou alguém para se se instituisse as reuniões sempre para este horário. E, disse, quanto à intervenção da CDU neste período antes da ordem do dia, que a primeira nota vai para o 25 de Abril de 1974, sobretudo quanto à forma elevada, adequada e ajustada ao contexto em que se está a viver, de comemoração, no Município de Caminha, o que na verdade valoriza o envolvimento Municipal, o envolvimento das pessoas e o envolvimento dos eleitos. Mais disse que valoriza aquilo que consideram



Assembleia Municipal de Caminha

ser um crescendo que se tem registado em qualidade das participações e das comemorações, não apenas na qualidade de conteúdo, mas, também, de toda a técnica e embelezamento do entorno gráfico que é dado, o áudio e o vídeo. Neste capítulo, disse, não dá parabéns a ninguém, porque ninguém está a fazer anos, mas julga que todo o Município deve ser reconhecido, porque não só quem mobiliza, mas também quem participa e adere, merece este mesmo reconhecimento. E mal seria que o Município que se diz tão atento às pessoas, à evolução, ao crescimento e à resposta aos anseios da população não tivesse este envolvimento em comemorações para fomentar aquilo que julgam ser o progresso e o desenvolvimento do Concelho, lembrando aquelas que foram as conquistas do passado. E dito isto, é com algum agrado que se tem registado alguma mobilização e envolvimento na melhoria das condições de acesso a alguns locais do Concelho assistindo-se mesmo a algumas notícias quanto a essa matéria que até envolvem os Presidentes de Junta e a satisfação que os mesmos Presidentes de Junta têm em fazer esta aproximação das suas populações a alguns locais tidos como emblemáticos das suas Freguesias. Fala especificamente do Monte de Santo Amaro, em Riba de Âncora, freguesia que acolheu para viver e que nestes últimos tempos tem tido com o apoio da Câmara Municipal de Caminha. Esta iniciativa que visa melhorar o acesso ao Monte de Santo Amaro, merece contudo, na sua opinião, um alerta relativamente a esta questão do melhoramento das acessibilidades a este tipo de locais. O exemplo, nestes momentos de pandemia, é que estes locais foram apetecíveis exatamente por haver boas acessibilidades. Por isso esta matéria é sempre difícil de decidir e de ajuizar, porque na verdade, quanto mais se melhoram os acessos, mais se facilita a interferência que se faz com esses mesmos locais, às vezes criando alguns problemas ao nível da preservação. Sabe que muito recentemente a Junta de Freguesia ficou satisfeita por poder aproximar ainda mais da Capela de Santo Amaro o acesso, mas, diria que se deve ir com calma, mais devagar, aproximar tanto se calhar não. Deve-se criar alguma dificuldade, mais que não seja no ponto final para



Assembleia Municipal de Caminha

que não se aproximem tanto assim do local que pode eventualmente acabar por ser prejudicado.

Disse o Senhor Deputado que relativamente à questão da água, a CDU não queria falar, mas uma vez que em intervenções anteriores deram oportunidade ao Senhor Presidente da Câmara para poder falar na água, desta vez não dirá o Sr. Presidente da Câmara que é a CDU que lhe dá esta oportunidade para poder falar na água. Assim, aquilo que a CDU viu é que foi dada a oportunidade às populações, e as populações o que querem é falar e gritar aquilo que lhes vai na alma. Mas tardiamente porque em 2018 ficou muitas vezes, a CDU, sozinha a falar. Também, sabem que pode haver algumas mobilizações com cariz partidário, com algum interesse político na mobilização das pessoas, mas a verdade é que a razão assiste-lhes porque, precisamente, a Câmara Municipal de Caminha os levou, e quando refere que os levou também inclui a CDU, embora a CDU estivesse sempre contra o processo e sempre soube defender as razões pelas quais estava contra o processo, mas, continuou, levou-os, enquanto eleitos municipais desta Assembleia, rapidamente, apressadamente, a tomar decisões. E uma vez mais foi a pressa que foi inimiga das melhores decisões. Tudo foi demasiado rápido. Como todos se recordam, em 2018 até foram aprovados dois contratos, tamanha era a pressa de fazer as coisas. E de facto as coisas não podiam correr bem. E as pessoas, neste momento, não estão satisfeitas; gritam bem alto aquilo que lhes vai na alma, gritam bem alto aquilo que a própria CDU já tinha previsto que iria acontecer dois anos antes. E, a verdade é que esta matéria acaba também por ir no sentido contrário daquilo que a Câmara Municipal de Caminha vinha defendendo. O grande interesse do investimento de fora no Concelho, das pessoas que optavam por viver no Concelho e daquelas que compravam casas para terem cá a sua segunda habitação. E foram precisamente essas as pessoas que a CDU também ouviu neste hiato de tempo. Colheu delas as queixas e os relatos. Algumas delas, que até não vinham cá com tanta frequência, com alguns problemas de correio, foram confrontadas com dívidas



Assembleia Municipal de Caminha

que não contavam que pudessem alguma vez existir. E isso deixou-as desgostosas. E o Senhor Presidente da Câmara, que tanto defendeu o interesse das pessoas em visitarem e escolherem o Concelho para ser o seu local de segunda habitação e de férias, que palavra terá para essas pessoas, já que para a população do Concelho não há palavras para se justificar.

Continuou solicitando uma justificação sobre esta medida que o Sr. Presidente da Câmara patrocinou, porque a CDU sabe que o Município de Caminha não entrou por gostar deste modelo, por mais que ali venha defender isso. Aprenderam foi a gostar do modelo porque sabem que não tinham solução para a questão da água que se tinha então, e que em abono da verdade também já vinha detrás, em bom rigor com o contributo do PSD.

Disse ainda o Senhor Deputado que existe uma preocupação da CDU que já não é de agora. E dizer que importa que a Câmara Municipal de Caminha olhe com mais atenção para a questão das obras de saneamento nomeadamente em Vilar de Mouros. O estado em que elas se encontram, como pode constatar o Senhor Presidente e Vereador, exige que sejam postas mãos à obra e se resolva rapidamente, porque já é tempo a mais para manter as condições em que as coisas se encontram.

Disse também que o tempo passa depressa e já lá vão 5 anos desde a entrega da antiga escola primária de Riba de Âncora ao Centro Paroquial e Social de Santa Maria de Riba de Âncora. A entrega em comodato, mesmo pelo exagerado período de 50 anos, não afasta a Câmara Municipal do acompanhamento dos fins e propósitos do mesmo. Seria importante por isso que o sr. Presidente da Câmara partilhasse com esta assembleia o conhecimento que tem do estado de desenvolvimento do projeto de acomodação de uma estrutura residencial para idosos no edifício. Esta questão torna-se ainda mais relevante porquanto o Conselho Local de Ação Social do Concelho de Caminha concedeu parecer favorável a seis projetos apresentados ao Programa PARES (Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais) do Ministério da Segurança Social, não sendo nenhum



Assembleia Municipal de Caminha

deles apresentado pelo Centro Paroquial e Social de Santa Maria de Riba de Âncora. Segundo noticiado, os pareceres favoráveis foram apresentados:

- pela APPDCM, para Adaptação de parte do edifício da antiga Escola Primária de Vilarinho, em Vila Praia de Âncora, para um Centro de Atividades Ocupacionais
- pelo Centro Social e Cultural de Vila Praia der Âncora, para ampliação do Lar de Idosos
- pelo Centro de Bem Estar Social de Seixas, para remodelação interior do Lar de S. Bento;
- pelo Centro Cultural de Gondar, para Criação de uma Unidade de Apoio Domiciliário;
- pela Casa de Repouso do Senhor Bom-Jesus dos Mareantes-Caminha, para remodelação e ampliação do Lar
- pela Santa Casa da Misericórdia de Caminha - Lar de Stª Rita/Vila Praia de Âncora, para remodelação e ampliação.

A não apresentação de qualquer projeto pelo Centro Paroquial e Social de Santa Maria de Riba de Âncora deve aumentar as preocupações do município porque em última instância será a esfera municipal a sofrer de forma indireta as opções que estarão a ser seguidas pela direção deste Centro. A verdade é que é público o montante de descapitalização que este possível projeto está a provocar nos Baldios de Riba de Âncora, ascendendo a quase meio milhão de euros, antevendo-se uma descapitalização ainda maior, podendo levar à insolvência do Baldio a curto ou médio prazo. Aliás, a tarefa estará até mais facilitada uma vez que o Conselho Diretivo dos Baldios de Riba de Âncora é agora presidido pelo próprio Presidente da Junta de Freguesia e a Assembleia Geral presidida por um membro da direção do Centro.

De facto, há entidades que conseguem a proeza de criar obra sem investimento, absorvendo recursos do esforço coletivo. Não querendo afirmar que este é um dos exemplos. A verdade é que cabe à Câmara saber dos



Assembleia Municipal de Caminha

efeitos que as suas boas intenções nas cedências por comodato provocam no enquadramento social dos projetos que promove.

Nesta mesma linha lançamos o mesmo desafio para ser dada nota a esta assembleia sobre a situação da casa Ventura Terra, igualmente cedida em regime de comodato, já lá vão 8 anos. Trata-se de outro exemplo em que o passar do tempo nos faz pensar se estas foram as melhores soluções para o património do município!

Disse.

A Senhora Deputada Paula Aldeia, deu início à sua intervenção;

“Disse uma vez o poeta...As portas que Abril abriu nunca mais ninguém as cerra!

Permitam-me iniciar esta minha intervenção fazendo referência à Celebração da Liberdade, que no passado fim de semana, vivemos. Foi um momento bonito e por isso agradeço ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, o empenho e a excelente organização da cerimónia na qual tivemos o privilégio de participar.

Celebramos a Liberdade, liberdade que tantas vezes demos por adquirida e que, afinal, é tão solúvel e vimos de um momento para o outro os nossos direitos, liberdades e garantias restringidos.

Vimos quão frágil tudo é, e quão efémeras podem ser as nossas vidas...ouvimos nessa cerimónia, o testemunho emocionante de alguns dos nossos munícipes, munícipes que passaram pelo tormento do COVID-19 e em primeiro mão, testemunhamos o quanto foi e ainda é difícil! Ouvimos de suas bocas um agradecimento sentido aos profissionais de saúde, enaltecendo uma vez mais estes profissionais de primeira linha sem os quais tudo poderia ter sido pior!

Não podemos esquecer que foram os valores de Abril, valores de democracia, justiça social, paz, solidariedade e um poder local reforçado, que permitiram que, nos tempos difíceis que vivemos de um ano quase e meio a esta parte,



Assembleia Municipal de Caminha

fossem colocados ao serviço do nosso país, da nossa comunidade, todos os meios possíveis para nos ajudar a chegar até aqui.

Com o intuito de mitigar um dos períodos mais difíceis da nossa história coletiva, num claro espírito de solidariedade e justiça social, o Município de Caminha teve, desde o primeiro momento, uma atuação exemplar com os seus munícipes através das mais diversas medidas de apoio às famílias, às escolas e às instituições do nosso concelho. Foram mais de 40 medidas de apoio, muitas delas ainda no terreno.

Em todas as áreas a Câmara Municipal disse presente com medidas sociais e económicas viradas diretamente para a população, para as instituições, para as empresas, para o comércio, para os artistas e técnicos do nosso concelho. Vejam se por exemplo as últimas medidas extraordinárias aprovadas num total global de 113.000€ direcionadas a comerciantes, restauração, IPSS, Associações Humanitárias, concessionários/comerciantes dos mercados municipais.

Desde o início da pandemia a Câmara Municipal tem vindo a desenvolver ações concretas de combate aos efeitos sanitários, económicos e sociais desta praga mundial. Com resiliência e determinação, foram sendo aprovadas diversas medidas que têm permitido atenuar os efeitos desta doença nova que tomou conta do nosso quotidiano.

Vislumbra-se agora uma luz...vamos entrar amanhã na nova fase de desconfinamento, mas, isso não significa que tudo passou, que acabou...muito pelo contrário! Agora mais do que nunca vamos todos ser chamados à responsabilidade e ao respeito!

Responsabilidade em continuar a cumprir as regras da Direção Geral de saúde, em mantermos os cuidados que nos protegem e protegem os que nos rodeiam, lembrando-nos sempre que a nossa Liberdade termina onde começa a dos outros! e sobretudo, respeito, respeito pelos que perderam a vida, pelos que lutaram para podermos maternos vivos, que lutaram para termos comida nas nossas mesas, que lutaram para que os nosso filhos pudessem continuar a sua



Assembleia Municipal de Caminha

aprendizagem, que lutaram para que nos mantivéssemos em segurança, enfim por todos os que durante estes tempos difíceis, lutaram de uma forma ou de outra para atenuar todos os males que nos vieram assolar, respeito para que o esforço coletivo que foi feito não tenha sido em vão!

Não há limitação nem restrição que valha se cada um de nós não for responsável pelas suas atitudes por isso e voltando novamente ao poeta, termino dizendo: Agora que já floriu/ a esperança na nossa terra, as portas que Abril abriu/ nunca mais ninguém as cerra!

Não deixemos que as portas se voltem a cerrar!

Disse.”

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Riba de Âncora, Paulo Alvarenga, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes da Junta, ilustres Municípes que nos seguem de casa e Comunicação Social, e disse quanto à intervenção do Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro, que o Monte de Santo Amaro, era um anseio da população da Riba de Âncora e do Concelho de Caminha que fosse feita a estrada e o acesso até á Capela, porque não se conseguia ir até lá nem mesmo no dia da Festa, e o Senhor Presidente da Câmara ajudou a Freguesia e por essa razão a população de Riba de Âncora lhe está extremamente grata. Quanto ao Conselho Diretivo dos Baldios, lamenta que o Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro tenha ali feito uma intervenção política, porque ele não participa nas Assembleias nem dos Baldios, nem da Junta de Freguesia, por isso, não pode ter conhecimento daquilo que se está a passar na Freguesia.

Ainda, quanto aos Baldios está muito bem financeiramente, muito longe de estar à beira da falência. E quanto ao Centro, está em fase de projeto, o qual estará aprovado em breve, para que não se gaste o meio milhão de euros que o Senhor Deputado ali falou.



Assembleia Municipal de Caminha

Disse ainda o Senhor Presidente de Junta, que as duas instituições, Conselho Diretivo dos Baldios e Junta de Freguesia tem o mesmo Presidente, mas, não existe ligação entre elas, e participando nas Assembleia o Senhor Deputado irá verificar que as coisas não são como está a referir. E aquilo que se está a fazer neste momento em Riba de Âncora é tentar salvar a Instituição do Centro dos Baldios para que não se gaste o dinheiro já aprovado pela Freguesia para a construção do novo Centro. O novo Centro irá ser uma realidade, e está admirado que a CDU, que ali tanto apregoa o sentido de defender os trabalhadores, ir ali dizer que o Centro de Dia já não faz falta, e que esta obra vai provocar a falência do Baldio, ora, o Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro deve participar mais nas coisas da sua Freguesia, no entanto, sempre que lhe solicitou alguma coisa tem sido sempre atendido no imediato, e sabe que está a dizer a verdade. Se ainda, necessitar de algum esclarecimento sobre o Centro e o funcionamento do Conselho Diretivo, terá todo o prazer em dar.

Disse

O **Senhor Presidente da Câmara, Miguel Alves**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes da Junta, Comunicação Social e a todos aqueles que nos acompanham a partir de casa, saúda também o Senhor Presidente da Assembleia Municipal pelas comemorações do 25 de Abril que, foram bastante dignas e deram nota de uma qualidade cultural e estética que tem vindo a marcar estas cerimónias do 25 de Abril e que, quem pode participar e quem pode estar pode-o testemunhar. Lamenta, dizer que alguns representantes do povo que foram eleitos pelo povo e, que só foram eleitos pela Revolução de Abril não tenham marcado presença nesta cerimónia, desvalorizando assim a luta pela liberdade de tantas gerações de portuguesas e portugueses. Lamenta, muito que se possam abrir estas portas com as mais variadas justificações abandonando assim a Celebração de Abril.



Assembleia Municipal de Caminha

Disse o Senhor Presidente que foram ali os Senhores Deputados colocar várias questões, e tentará responder à maior parte delas. Passará alguns temas um pouco mais depressa, outros terá de se deter sobre eles. Começa por cumprimentar o Senhor Deputado Vítor Brás, que fez uma intervenção relativamente à passagem desnivelada da Travessa do Teatro. O Senhor Deputado disse tudo e, julga que ficou tudo perfeitamente esclarecido. Um anseio antigo que não tinha sido bem gerido. Aliás, os resultados bem demonstram isso: não havia um plano, não havia projeto, não havia empreitada no dia concurso não havia obra, tudo isso foi feito inclusive a obra está lá e, está lá de acordo com as características do local para servir a população e servir os comerciantes ligando estas duas partes da Vila que naquela zona estavam separadas. Cumprimenta também a Senhora Deputada Paula Aldeia que fez ali uma intervenção justa de agradecimento à nossa comunidade e à nossa sociedade, ao trabalho que tem vindo a ser feito no combate a esta pandemia. Como sabem hoje é o último dia do estado de emergência, um estado de emergência que espera que não volte, mas um estado de emergência que acabando não acaba com a situação de emergência que se continua a viver. Do ponto de vista sanitário, apesar do Concelho de Caminha ter neste momento segundo os números que hoje foram tornados públicos apenas 3 casos ativos. Mas, Caminha não se pode esquecer de que teve até à data 1717 infetados e sobretudo 39 óbitos. É muito no contexto da comunidade. E o trabalho que se está a fazer na nossa comunidade, com todos os profissionais, todas as instituições, todas as freguesias, e a Câmara Municipal, é um trabalho que tem honrado o Concelho e, que tem honrado a comunidade. Por isso cumprimenta a intervenção que ali foi feita que é justa relativamente aos diversos profissionais. O vídeo que foi ali passado nas Celebrações de Abril, fez justiça ao impacto que teve na população e ao apoio que os profissionais todos, em particular, os profissionais de saúde de um sistema de saúde, que é um sistema nacional que honra o País. E, da parte do executivo continuará a fazer o que lhe compete fazer. Recebeu hoje indicação



Assembleia Municipal de Caminha

das vacinações da próxima semana, a semana de 3 de maio. Em termos de nota indicativa, só na próxima semana, estão indicadas 1626 vacinas para dar. Portanto, vejam o ritmo a que se está neste momento. Este ritmo vai crescer, e haverá necessidade de se fazer adaptações ao Centro de Vacinação, porque se está a passar de 200, 300 vacinações por dia para cerca de 500 vacinações por dia. E, portanto, há uma enorme exigência sobre aqueles profissionais. Eles têm trabalhado “duro”, mesmo quando as coisas não correm bem. Ainda hoje houve um problema com os computadores. Eles estão lá, dão a cara vão resolvendo os problemas e já se tem um número de vacinados no Concelho de Caminha com a primeira dose ou com a segunda dose, acima da média do Alto Minho, acima da média nacional e também a vacinação de pessoas com mais de 80 anos está acima da média nacional. A Câmara Municipal até agora de acordo com a execução orçamental à data de hoje, tem apoiado as instituições 235 mil euros, as famílias, 62 mil euros, o que diz bem o esforço que se tem feito com o investimento que é do povo. Mas, para que tenham uma noção, em 2019, no apoio às famílias, a Câmara teve que dispensar cerca de 35 mil euros. No dia 30 de abril de 2021, já teve que investir nestas famílias que precisam 62 mil euros. Isso diz bem o esforço que se está a fazer e, onde o dinheiro de todos é utilizado e bem empregado.

Disse ainda o Senhor Presidente sobre a intervenção da reabilitação da Marginal de Caminha, que o Senhor Deputado Ricardo disse ali algumas coisas que, merecem algum comentário. Em primeiro lugar, o projeto da Reabilitação da Marginal de Caminha não é desconhecido dos Senhores Vereadores. Se o é, é porque os Senhores Vereadores do seu partido não fazem o trabalho, mas, sobre isso tem algumas dificuldades em poder substituir o trabalho que eles devem fazer. Em primeiro lugar, este projeto da Reabilitação da Marginal de Caminha, é um projeto que ele herdou. Em 2013 quando chegou à Câmara havia um projeto para da Marginal de Caminha que tinha ganho um concurso, mais um famoso concurso, que todos se lembrarão que o arquiteto Calapez ganhou um concurso para a marginal. Mas, com toda a



Assembleia Municipal de Caminha

sinceridade preferia ter herdado a obra porque isto de projetos estão as gavetas cheias. Mas não, não herdou obra nenhuma da Pólis, mesmo nenhuma, não está a falar só da Marginal. Zero obras, zero euros investidos. Herdou o projeto do qual não gostava particularmente, mas, julga que neste exercício autárquico, não podem estar sempre a revogar o que os executivos anteriores fazem. Há matérias fundamentais, mas há outras em que tem de dar continuidade ao trabalho. Não podem pegar nos projetos e deitá-los todos para o lixo, e foi isso que fizeram com alguns projetos, e neste caso também o fizeram. O que é que aconteceu? O que aconteceu é que o projeto que tinham em mãos nos custava um balúrdio de dinheiro, uma “pipa de massa”, não consegue quantificar, tem medo de errar no número, está a falar de uma coisa na ordem dos 5,6 7 milhões de euros. E, por isso, não era possível acomodar, em nenhum financiamento uma obra desta magnitude. Qual foi a opção da Câmara Municipal, foi pegar no projeto vencedor do concurso e parti-lo em blocos, em partes. Foi assim que fizeram com o Cais da Rua dos Pescadores. Foi assim, que fizeram para poder avançar para esta questão da Marginal de Caminha e, o mercado não estava no concurso nem estava exatamente no projeto. Era um plus que o arquiteto tinha feito. Mas, o executivo decidiu avançar para o mercado, um pouco diferente do que aquilo que estava projetado que, era um mercado que ficava exatamente enfiado naquela rua que tem acesso ao terreiro, em frente à Casa Lubra e executivo entendeu que ali um mercado não fazia muito sentido. Portanto, este projeto globalmente era conhecido. Especificamente, também deveria ser conhecido pelos Senhores Vereadores, porque todos os meses são informados os Senhores Vereadores dos processos e das adjudicações, e das várias empreitadas que se fazem. Se, os Senhores Vereadores quisessem saber do projeto só tinham que estudar o projeto. Mas, fica contente porque deixou de haver a crítica às obras que não se fazem, para haver a crítica às obras que estão no terreno. Cada cabeça, sua sentença.



Assembleia Municipal de Caminha

Não percebeu se o Senhor Deputado está preocupado com as obras, por estarem paradas ou estarem a andar. Se, é contra o projeto, ou, é contra estarem paradas. E, também não viu a placa que está na curva do Ferry, que está lá bem visível para toda a gente ver, talvez não tenha tido oportunidade de lá passar. Mas, o projeto é bem visível do que se está a tratar. O dinheiro que se conseguiu arranjar e, também se esgotou todo o dinheiro que foi atribuído que são cerca de 500 mil euros. A verdade, é que aquilo que o executivo conseguiu fazer, foi pegar na plataforma de passeio que existe, colocando uma plataforma maior para se poder caminhar e mais reforçada do ponto de vista de segurança. Inicialmente, não era para estar tão alteado, era para estar ao nível do solo abrindo assim, a largura da ecovia e reforçando a segurança entre a ecovia e a estrada nacional. Vê-se que o Senhor Deputado está preocupado com a segurança, mas durante anos ninguém se preocupou com uns blocos de cimento que nem sequer estavam assentes no chão. Bastava um toquezinho de uma bicicleta para serem empurrados para cima das pessoas e nunca ouviu, nesta Assembleia Municipal nem noutra fórum qualquer preocupação com o perigo para as pessoas que ali passeiam e andam. Mas, o executivo preocupou-se e o que fez, foi colocar blocos que estão agarrados ao chão, que protegem do impacto e, naquela via em específico existirá uma guarda de aço ao nível do joelho que protegerá o impacto que possa haver de uma viatura para as pessoas que ali passeiam. O que é que aconteceu para que a obra tivesse parada durante duas semanas? Muito simples, teve-se que fazer uma alteração, subindo aquele patamar que lá está, porque se se utilizasse o patamar que estava definido pelo chão já existente, a ecovia ficaria ondulada e isso não era a solução que se queria, e essa é um alteração substantiva do projeto e teve-se que pedir à Infraestruturas de Portugal um parecer para se poder continuar a obra e a situação resolveu-se e a obra está lá a andar. Portanto, nessa matéria julga que não há dúvidas. Estão ali a discutir questões sobre esta obra, podia-se discutir, elas não são perfeitas, ele também não gosta de todas no conjunto do seu total, mas, a obra está lá, junta-se às obras



Assembleia Municipal de Caminha

que estão em curso no Concelho de Caminha, como a obra do Mercado Municipal, a obra do Centro Histórico de Caminha, a obra da Escola Secundária Sidónio Pais. Investimentos globais na ordem dos 5 milhões de euros que estão a ocorrer na Vila de Caminha e julga que o Senhor Deputado se esqueceu de mencionar esse investimento público no seu discurso. Relativamente a algumas questões que o Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro ali deixou, vai tentar dar-lhe algumas respostas deixando para o fim a AdAM, para enxertar assim a resposta a dar ao Senhor Deputado Carlos Ribeiro. Ora, relativamente às melhorias aos acessos faz-se o que se pode Senhor Deputado dentro do possível dos recursos que se tem. Existem freguesias que estão satisfeitas, as pessoas também estão satisfeitas. Agora não vão conseguir resolver tudo, de facto, ao se abrir vias as pessoas vão para lá. É a velha questão, se se abre a estrada para que os visitantes possam vir até o Concelho, logo, é mais fácil para que aqueles que cá estão visitem outros locais. Tenta-se fazer isso e tenta-se fazer isso pelo melhor. O executivo vai continuar a trabalhar com as freguesias, vai lançar muito brevemente já nos próximos dias um conjunto de obras que resulta das intempéries que aconteceram no início deste ano em várias freguesias: em Vilarelho, em Seixas, em Âncora, em Moledo, na zona de Cristelo estão a acontecer algumas dessas obras e, vão lançar nos próximos dias um plano de Reabilitação de alguns pisos sobretudo em Caminha e Vila Praia de Âncora, com alguns apontamentos em Riba de Âncora. O Executivo vai fazer o seu trabalho para que hajam melhores acessos e que se possam resolver as situações.

Relativamente às obras do saneamento em Vilar de Mouros, disse o Senhor Presidente que tem toda a razão. É uma situação preocupante e é uma situação de dependência relativamente aos empreiteiros. A história é longa, passa pelas dificuldades do terreno que tem um solo muito rochoso, criou muitos problemas em zonas com muita habitação. Passa, também pelo IPAR que parou a obra e entendeu que era necessário acompanhamento arqueológico a propósito da ponte velha que se tem em Vilar de Mouros, mas



Assembleia Municipal de Caminha

num espaço absurdo de intervenção que obrigou o executivo a fazer uma contratualização do acompanhamento arqueológico que parou a obra durante demasiado tempo. Entretanto quando os empreiteiros saem das obras e vão para outras é muito difícil que voltem. Agora, também está a empreitada e obra do gás natural que abre novas valas nos sítios aonde estão abertas as outras. Esta obra já teve cinco prorrogações desde o fim de cada prazo de empreitada. Mas qual é a alternativa? É neste momento em que estão abertas as valas como sabe a autarca da Junta de Freguesia que ali está, a obra está em curso, está a andar, está o caos de facto. Mas, o executivo tira de lá o empreiteiro para abrir um novo concurso, para vir outro empreiteiro? Não há solução. Tem de se aguentar, e a palavra do empreiteiro que é o mesmo empreiteiro da ecovia das Pedras Ruivas em Seixas. É, que acabando a Pedras Ruivas em Seixas e, está previsto que acabe com os pormenores que faltam no final do mês de maio. Porém, já está apta a ser desfrutada pelo Senhor Deputado se assim o quiser. Assim, a expectativa é que no final do mês de maio a obra de Vilar de Mouros possa ser retomada.

Quanto à Escola de Riba de Âncora, disse o Senhor Presidente que o Senhor Presidente da Junta de Riba de Âncora já lhe deu algumas informações, no entanto vai esclarecer melhor esta matéria. A Escola de Riba de Âncora foi cedida para ali se implementar não uma estrutura residencial para idosos, mas uma estrutura de apoio domiciliário. Essa estrutura está pensada e o PARES e o CLAS não tomou nenhuma deliberação relativamente à candidatura ao PARES porque a instituição não se candidatou ao PARES. A instituição candidatou-se a outros Fundos Comunitários, e a Câmara Municipal ajudou na implementação desses estudos que acomodaram dois valores. Tinham um primeiro e agora já têm um segundo valor acomodado. Não se recorda do valor, mas sabe que é superior a 100 mil euros, portanto, não tem nenhuma dependência do PARES. Disse também, que deu nota de todas essas candidaturas do PARES que são bem exemplo da dinâmica das nossas instituições, mas em abono da verdade será muito difícil que todas tenham



Assembleia Municipal de Caminha

acesso a financiamento. E, se uma tiver é mais uma boa notícia para o Concelho de Caminha. Foram mais três, quatro vezes as candidaturas ao PARES para o dinheiro que há a nível nacional. E, de facto vai ser muito difícil que as nossas instituições possam ter financiamento, mas tem confiança que isso possa acontecer. O que é que Riba de Âncora fez? Riba de Âncora tinha um projeto, já estava aprovado na Câmara Municipal e entendeu a direção do Centro que aquele projeto era de uma estrutura que não se justificava e, portanto, que pudesse ter um projeto mais comedido e que servisse na mesma a sua população. E, foi assim, fez uma remodelação ao projeto, apresentou o projeto, tem apresentado o projeto à Câmara e a Câmara tem pedido os pareceres e os pareceres têm vindo, uns positivos, outros nem tanto, e o prazo termina no final do mês de maio, portanto no mês de maio terá de aprovar o projeto final na Câmara e, depois o dinheiro está garantido da parte dos Fundos Comunitários. E, também do Parque dos Baldios que será uma boa medida para Riba de Âncora.

Está satisfeito com esta situação. E, diz exatamente a mesma coisa, é verdade que foi cedido o imóvel à instituição, e nesta fase não vai retirar o imóvel da instituição agora que está na reta final para conseguir avançar com a obra. O mesmo se diga à APPCDM na Escola de Vilarinho em que ouve também algumas críticas. É muito simples a APPCDM candidatou-se ao PARES para fazer a obra. Só com o dinheiro é que vai fazer a obra. Está a aguardar que possa existir esse dinheiro para fazer a obra. Não irá tirar o tapete. Isso certamente que não irá acontecer.

Quanto ao tema da AdAM, cumprimenta o Senhor Deputado Carlos Videira e disse que o posicionamento nesta matéria que tem vindo a ser aliás um tornado público, porque houve uma audição parlamentar onde todos os presidentes se pronunciaram. Todos os partidos, e também diz ali ao Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro que pode puxar dos seus galardões porque às vezes fala-se ali de umas coisas e depois à nossa volta há outras coisas e a população precisa de saber. Houve uma audição parlamentar por



Assembleia Municipal de Caminha

requerimento do Bloco de Esquerda a propor que fosse recomendada a reversão da AdAM de modo a voltar a gestão da água aos Municípios. O Bloco de Esquerda propôs, houve audição parlamentar e houve dois partidos que claramente defenderam a reversão da AdAM; o Bloco de esquerda e a CDU. E depois houve outros partidos como o Partido Socialista, o PSD e o CDS pelo menos que se recorde que estiveram nessa reunião e defenderam que a AdAM tinha de continuar, que a AdAM tinha muito para fazer e que os erros podem ser corrigidos. Portanto, é bom que isto fique porque às vezes criam-se ideias sobre esta situação. Ora, qual é o posicionamento do executivo sobre esta matéria? O executivo desde a última Assembleia Municipal, que tomou uma posição mais dura e tomou em nome dos autarcas do Alto Minho que a situação da AdAM da gestão da água, da faturação, do atendimento, dos serviços prestados melhorou. Não quer dizer que esteja tudo resolvido, não quer dizer que não haja problemas, mas, melhorou e há dados objetivos que apontam para essa melhoria. Só nos últimos dois meses e tem ali alguns dados, que vai partilhar com os Senhores Deputados e com as pessoas que acompanham em casa sobretudo as pessoas que acompanham mais este tema porque as pessoas que recebem faturas que estão erradas naturalmente têm mais dificuldades em discutir isso. Se recebem faturas erradas, estão irritadas querem que isto acabe e estão fartos disto. Mas, quer ali dizer para a maior parte das pessoas que são aquelas que recebem a fatura e querem compreender as falhas que existem porque ouvem de facto falar dos problemas. O atendimento telefónico era um problema que existia, no mês de fevereiro tomaram-se medidas sobre essa situação. Havia uma média de 900 chamadas por dia nos Concelhos da AdAM e a taxa de atendimento era de 16%. Só 16% das 900 chamadas é que eram atendidas. Agora com a estabilização da faturação, as chamadas passaram para valores sempre inferiores a 400 chamadas por dia e a taxa de atendimento hoje é superior a 90%. Há 10% de pessoas que não são atendidas. Fica o número e é devolvida a chamada e às vezes demora cerca de um ou dois dias. Mas, melhorou



Assembleia Municipal de Caminha

substantivamente. Em vinte de abril entrou em funcionamento um novo serviço de “contact center” com acesso à gestão comercial, porque anteriormente o atendimento era feito às pessoas da seguinte forma: tomavam conhecimento do que se passava, mas não conseguiam resolver. Agora o “contact center”, tem acesso à base comercial e pode responder diretamente à pessoa sobre o que se passa com a sua fatura. Na primeira semana em que começou a funcionar, que se trata desta, o tempo médio de atendimento até que o cliente fosse atendido ao telefone é de um minuto. O telefone não tocou mais de um minuto até que alguém atendesse. Também no atendimento presencial houve melhorias. Como sabem o atendimento comercial acontecia apenas nas oito lojas que estão nos sete municípios. O Município de Caminha é o único que tem duas lojas por desejo da Câmara Municipal, um em Vila Praia de Âncora e outro em Caminha. Ora, isso melhorou, em primeiro lugar pela situação pandémica como sabem foi feita uma autorização especial por parte do Ministro para mesmo quando os serviços estavam todos fechados, houvesse atendimento nas lojas com marcação e, entretanto, há mais cinquenta e seis locais onde as pessoas podem pagar a sua fatura que vem no folheto da fatura que vai para casa das pessoas. É possível neste momento a marcação de um dia para o outro nestas lojas. O que não é possível é chegar à loja sem marcação e ser atendido, são regras do Estado de Emergência que vão agora terminar e isso será possível também. O atendimento por canais digitais apareceu e não existia. Criou-se o balcão digital AdAM Net nos últimos tempos, criou-se uma aplicação para smartphones MaioAqua que registou até hoje cem mil aderentes o que é importante e sublinhar. Foi criada uma página no Facebook que consegue dar apoio ao cliente. E, também a questão das reclamações melhorou. Em fevereiro e março estava muito, muitíssimo mau, o número de reclamações era muito elevado. Em abril, o número de reclamações reduziu drasticamente. Hoje são um terço das reclamações que existiam no mês de fevereiro ou no mês de março. Há, contudo, um problema nas reclamações que é a mochila das reclamações do passado. Está-se a



Assembleia Municipal de Caminha

conseguir responder às pessoas que agora reclamam, mas as pessoas que reclamaram em janeiro, em fevereiro, em dezembro ainda não têm resposta. Há um esforço grande para recuperar essas reclamações, mas estão a dar prioridade aquelas que acontecem agora. Este é um processo que vai demorar algum tempo, provavelmente ainda se falará disso noutra Assembleia. Há, no entanto, uma novidade, que é a adesão plena da AdAM ao CIAB que é o Tribunal Arbitral do Consumo para que as pessoas que se sentem injustiçadas possam perante o acompanhamento judicial e municipal encontrar soluções para os seus problemas. Na faturação foram implementados quatro níveis de controlo nos últimos meses para avaliar fatores superiores a duzentos e cinquenta euros ou pedidos de consumos superiores a noventa dias. Quando acontece um desvio padrão à faturação média daquele cliente ou quando se atingem valores acima de duzentos e cinquenta euros ou quando há uma fatura até, às vezes, de cem euros, para alguém que tem valores mais baixos, aquela fatura vem à parte. Estuda-se o que se passa, encontra-se o problema e se não se encontrar, contacta-se a pessoa para perceber o que se possa passar e tentar resolver. As leituras também passaram a ser mensais. Em abril, para se ter uma ideia foram realizadas leituras para 72% dos clientes. Estima-se que, pelo menos 24% dos clientes da AdAM não têm contador acessível. Isso é um problema que tem que ser resolvido. Mas neste momento, todos os clientes têm várias faturas reais. Outra evolução importante, soube-se que os números da qualidade da água em comparação de 2020 e 2019. A percentagem de água segura em 2019, foi globalmente de 97.98% já bem, mas nos parâmetros de qualidade da água não se estava no verde, apenas, no amarelo. Já em 2020, a qualidade da água subiu para 98.75% já perto dos 99% da qualidade da água e este indicador é o de água segura. Investimento em curso continua, só nos últimos tempos avançou a obra de Moledo, a obra de Azevedo e de Venade continua a andar. E, em Âncora também começaram, e ainda em Âncora tem uma candidatura global que vai beneficiar a renovação das redes de água. É uma candidatura que acresce há já existente. Vai-se investir um



Assembleia Municipal de Caminha

milhão de euros não estava previsto em telemetria que permite que se possa controlar os contadores que não se tem acesso desde que tenham lá a instalação em tempo real consegue-se saber da sua medição e isso é muito importante. Para Caminha 41% da água comprada perde-se, vai para a rua. Aliás, todos sabiam que existia esse problema no Concelho de Caminha. Caminha foi o Concelho que teve em 2020 mais atuações de controlo de perda de água. O Concelho teve em termos absolutos mais ações de controlo de perda de água do que Viana do Castelo ou Ponte de Lima ou os Arcos de Valdevez que são municípios maiores. E, mais, colocações de contadores em casas ou em situações onde não havia colocação de contadores a controlar a água que se consumia, foram 229 em Caminha no ano de 2020. O segundo Concelho onde houve mais colocação de contadores em casas, instituições, ou outros lugares públicos sem contador foi em Valença 41. Ou seja, Caminha foi o Concelho que teve mais intervenções sem contador com 229 e Valença com 41. Disse ainda que o tarifário é um tema difícil, mas a verdade é que o tarifário não se alterou com a AdAM, foi a Câmara Municipal em 2019 que alterou o tarifário para se poder dar sustentabilidade ao sistema. A verdade é que pode haver revolta contra as faturas que não estão bem, valores com os quais não se contava, problemas que têm havido. Aliás se um dia a água voltasse aos municípios, o tarifário não mudava. Se mudasse seria para ser mais caro. E, se neste momento se pegar numa fatura de uma família média com três pessoas em que cada um deles consome 110 litros por dia, a verdade é que neste momento na fatura, paga-se menos três euros por mês do que se pagava em 2019 antes da entrada da AdAM. É incrível, mas é a verdade, e não é essa a perceção, e no Concelho de Caminha segundo as últimas faturas 64,5% dos consumidores pagam menos de quinze euros incluindo água, saneamento, resíduos e impostos e 83% dos consumidores de Caminha pagam menos de vinte e cinco euros na fatura. Há quem pague um pouco mais, menos de 1% pagam mais de 100 euros e há consumidores domésticos que consomem mais de 100 euros. Em resumo, o executivo está satisfeito com a AdAM, tem que



Assembleia Municipal de Caminha

continuar a melhorar e o facto de o Presidente do Conselho de Administração ter saído, tinha de acontecer. Julga, que não havia outra saída para o Presidente do Conselho da Administração. Hoje, tem-se um Presidente do Conselho de Administração que está em Viana do Castelo todos os dias a trabalhar, a encontrar soluções e isso é fundamental para que elas possam aparecer. O maior problema que se tem hoje é a mochila de reclamações do passado que não está resolvida. O problema do tarifário, sim é mais caro do que o que era, mas tem de se ter um sistema sustentável porque se não, volta-se de novo ao tempo do passado de acumular dívida que depois mais tarde se terá que pagar. Agora que o atendimento, que o serviço, que o investimento, que todas estas dinâmicas de serviço prestado à população nos últimos dois meses melhoraram, e a posição da Câmara Municipal neste momento é que se está a fazer o caminho, que as coisas estão a melhorar, e que se vai encontrar soluções para esta matéria.

Relativamente há questão do emprego, PRR que o Senhor Deputado Carlos Videira colocou e bem, disse o Senhor Presidente que o posicionamento da Câmara Municipal, sobre o Plano de Recuperação e Resiliência, e está a falar de um investimento em cerca de 15 mil milhões de euros que vêm para o País nos próximos anos com projetos que têm de existir até 2023 e de execução que tem de existir até 2026. O executivo tomou uma posição de crítica relativamente à ausência de apoios ao turismo e às empresas de turismo e também tomaram outras notas negativas, nomeadamente às falta de investimento nas infraestruturas portuárias nomeadamente nos pequenos portos como o Portinho de Vila Praia de Âncora. Como, o PRR não contempla para estas empresas, mas o PRR também não é a única solução para o futuro de Portugal. Existem programas, como Portugal 2020 que ainda está a terminar, o Portugal 2030 que se vai iniciar. Os orçamentos de estado de cada ano e os programas suplementares como o REACT que é uma espécie de guarda avançada da bazuca que permite hoje, e Caminha garante 1.5 milhões de euros para um investimento de valorização das infraestruturas das margens



Assembleia Municipal de Caminha

do Rio Coura, que vai permitir construir um acesso pedonal e clicável entre a Vila de Caminha passando por Vilarelho, Venade, Argela e por Vilar de Mouros podendo ser ligado a pé por um passeio extraordinário por todas estas localidades. Vai ser uma obra emblemática. Ora, o que é que se pode fazer, entretanto pelas empresas? Aquilo que o executivo está a fazer com os recursos que tem, como medidas de isenção de taxas, taxas de publicidade, taxas de ocupação de espaço público, isenção de pagamentos de rendas para as empresas que ocupam espaços municipais, medidas de isenção de pagamentos de banca de mercado quer nos mercados municipais quer na lota de Vila Praia de Âncora, distribuição de equipamentos de proteção individual, a criação do Caminha Market que é uma plataforma de comércio digital que tem já os primeiros participantes. O projeto que se teve em 2020, em oferecer vouchers para as refeições a quem viesse ao Concelho de Caminha. Os vouchers que tem agora para o comércio local, oferecendo também refeições a quem comprar mais de 25 euros no comércio local. A divulgação e a publicidade que é fundamental está sempre na linha da frente. O Concelho não tem a capacidade para estar em todas as revistas de todo o mundo, mas tem estado, ainda há pouco tempo na National Geographic e muitas vezes na Evasões. Acompanharam uma reportagem há uns meses atrás e, ainda agora há duas semanas uma nova reportagem na Evasões. O executivo faz tudo isto e julga que o Senhor Deputado concorda que é fundamental que se possa estar nestas revistas a divulgar a nosso Concelho. Embora o seu partido nas redes sociais tenha atacado o Presidente da Câmara, a dizer que tinha um contrato com o Jornal de Notícias para valorização da sua imagem. Por exemplo, garantir como ontem que foi notícia que se tem cinco bandeiras azuis aqui no Concelho de Caminha. Garantir que o lançamento das Bandeiras Azuis Nacional da Época Balnear do País seja realizado no Concelho de Caminha na praia de Moledo. Poder também fazer investimento no espaço público, e o qual se está a fazer por todo o Concelho. Valorizar que equipamentos ou estruturas como intercidades possa permitir ao nosso Presidente da Assembleia Municipal



Assembleia Municipal de Caminha

viajar de Lisboa até Vila Praia de Âncora sempre em intercidades e parar em Vila Praia de Âncora que é uma das três localidades únicas onde para o intercidades sem ser uma sede de Concelho. Dirá até, que Vila Praia de Âncora subiu a cidade pelo menos em termos ferroviários.

E termina a dizer ao Senhor Deputado que tem razão quando diz que é necessário se criar e alargar aquilo que é o potencial de oferta de emprego no Concelho de Caminha. O executivo está preocupado com a questão do emprego em Caminha porque essa é uma questão fundamental. Mas, quando o executivo chegou à Câmara havia mais de mil desempregados no Concelho de Caminha. Tinha-se vivido um período muito negro no Concelho de Caminha marcado pelo encerramento das principais indústrias: a laticínios, a Mouraços, a Regency, a fábrica de sapatos, os Aurélios... Tudo encerrou no início e final da década e era preciso encontrar alternativas. E aquilo que o executivo entendeu que era a alternativa mais forte, era apostar no turismo, na capacitação do nosso Concelho para a criação de emprego. Entre o ano de 2013 e o ano de 2018 foram criados mais de quinhentos postos de trabalho líquidos. Houve mais quinhentas pessoas a trabalhar no Concelho de Caminha ao contrário da imagem que se tem que diminuiu o desemprego porque as pessoas foram embora. Não, houve mais quinhentos empregos criados ao longo desses anos entre 2013 e 2018. Veio a pandemia e todos sabem o efeito que tem, mas, esse trabalho foi feito e está a ser feito, agora o executivo entende que tem de partir para outra fase. Fez-se a recuperação da economia do Concelho de Caminha sustentado no turismo que era aquilo que mais facilmente se podia fazer, mas é necessário colmatar um lapso que existiu durante demasiado tempo. O último centímetro, o último metro de área industrial que foi feita no Concelho de Caminha pelo Presidente Valdemar Patrício. Desde o Presidente Valdemar Patrício, os grandes defensores hoje da indústria da valorização do Concelho não criaram um metro quadrado de área industrial no Concelho de Caminha. E, julga que passou demasiado tempo e depois de terem apostado no turismo para se poder alavancar a economia e



Assembleia Municipal de Caminha

resultou, tem de se começar a diversificar a economia. E, há soluções e não vai ser necessário se ir ao PRR, Senhor Deputado, apenas tenha um bocadinho de paciência, daqui a umas semanas voltarão ao tema.

Obrigado

O Senhor Presidente da Mesa, propôs o período de réplica.

O Senhor Deputado Carlos Videira, fez réplica à intervenção do Senhor Presidente, e disse que;

“Tinha mais algumas notas sobre esta questão da industrialização. Acho que é importante, mas já que nos promete algumas novidades dentro de algumas semanas, aguardaremos então para voltar a este tema que, de facto, é bastante importante para recuperarmos algum caminho que perdemos ao longo de muito tempo.

Quero também agradecer ao Sr. Presidente os esclarecimentos que prestou e o balanço que fez da atividade das AdAM ao longo dos últimos meses. Devo dizer, de um modo sincero, que compreendo alguma impaciência com o tema, os últimos meses têm sido difíceis para toda a gente. Como referiu a deputada Paula Aldeia na última Assembleia Municipal, independentemente das suas posições, todos os eleitos pagam faturas, sofrem com os problemas causados por esta empresa e têm que dar a cara perante os munícipes. Eu tenho respeito por isso e pela forma como as pessoas defendem as suas convicções em circunstâncias difíceis.

Mas todos terão também que compreender que perante problemas desta gravidade, não podemos fingir que não se passa nada, depois de termos tido quase 2000 pessoas a manifestarem-se no passado domingo, temos que aceitar o escrutínio que vem das restantes bancadas, que têm a sua autonomia, tal como têm todos os municípios do Alto Minho.

Eu julgo que o tempo de expor a nossa posição sobre a criação desta empresa é um tempo que já tivemos. Tivemos em 2018 e tivemos na última Assembleia



Assembleia Municipal de Caminha

Municipal quando foram trazidas algumas propostas e a maioria que suporta o Executivo Municipal decidiu num determinado sentido. Mas ainda estamos no tempo do escrutínio dos resultados alcançados e das ações tomadas.

Compreendemos que há um contexto para a criação desta empresa. Ainda esta semana, na outra audição parlamentar que houve com o Senhor Ministro do Ambiente, ele reforçou a sua convicção de que o “caminho para a melhoria dos serviços de abastecimento de água passa pelas agregações, de que este foi um dos primeiros exemplos no país”.

De facto, sabemos hoje que há uma pressão forte do Governo neste sentido. Mas sabemos também que esta convicção do Senhor Ministro do Ambiente não tem reflexo naquilo que é a realidade e a perceção das pessoas.

De facto, quem está em posição mais confortável sobre este tema é a CDU. Entre Partido Socialista e Partido Social Democrata, pela sua natureza e pelas funções que vão ocupando, há uma pluralidade de opiniões relativamente a esta matéria.

É uma situação mais difícil para os partidos mais à direita porque qualquer opinião sobre este assunto costuma ser mal recebida porque vem rotulada por hipotéticos desejos de privatização da água. Por isso é que não tenho outra opção que não seja socorrer-me de diagnósticos acertados que vêm da esquerda e que, em algumas intervenções que fizeram na Assembleia da República, julgo que fazem um diagnóstico acertado.

Por exemplo, a deputada Maria Manuel Rola, do Bloco de Esquerda, dizia que, hoje em dia, “o Governo obriga dissimuladamente à agregação dos municípios em parcerias de gestão que mimetizem o setor privado. O que não se diz nestes processos é que os municípios perdem, com esta externalização, a capacidade de recuperação dos serviços para a esfera municipal. Os municípios têm vindo a aprender da pior maneira: quando já estão reféns. Como sabemos, é mais difícil voltar a construir do que destruir. Isto tem custos e tem vindo a ser um problema dramático, veja-se o que se passa nas Águas do Alto Minho. A resposta tem de mudar”.



Assembleia Municipal de Caminha

Gostava também de recuperar uma intervenção de um deputado do Partido Socialista que divergiu da sua bancada na Assembleia da República, o deputado José Manuel Carpinteira que votou a favor do projeto de resolução apresentado pelo Bloco de Esquerda pela Remunicipalização dos serviços prestados pela empresa Águas do Alto Minho, e que disse, e vou citá-lo: “São muitos erros acumulados ao longo destes 15 meses. Foi neste contexto que se instalou um clima de desconfiança e de descrédito relativamente à entidade Águas do Alto Minho. Apesar de a AdAM ter comunicado que está a corrigir os erros, esse esforço ainda não é visível e o acerto de contas está difícil”.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal trouxe-nos um conjunto de dados, que certamente são fidedignos, mas que não coincidem com aquilo que é a perceção das pessoas e com aquilo que é o posicionamento de entidades oficiais, como a Associação de Defesa do Consumidor. No comunicado que a DECO lançou no passado dia 20 de abril, o responsável pela Delegação do Minho da DECO, Cláudio Matos, referiu que:

“o número de reclamações recebidas [na Deco] é elevado, várias dezenas, tendo aumentado significativamente na última semana (...) a associação enviou, no final da semana passada, uma comunicação à empresa, reclamando a rápida resolução do problema, mas ainda não obteve resposta”.

“Lamentavelmente, a atuação lesiva desta empresa agravou-se nas últimas semanas, período em que vigora o estado de emergência nacional. Se a prestação de serviços desta empresa já lesava os direitos e interesses económicos dos consumidores, nesta crise pandémica, em que muitas famílias vêem o seu rendimento diminuído, os seus erros têm repercussões graves nos orçamentos das famílias minhotas”.

Para a DECO Minho, “existe um incumprimento por parte da empresa, sendo exigível às autarquias uma tomada de posição para que a situação seja regularizada sem custos para os consumidores, devendo haver compensação de todas as cobranças indevidamente efetuadas, acompanhada da suspensão da cobrança até à regularização dos serviços por parte da empresa”.



Assembleia Municipal de Caminha

Por fim, “os consumidores não podem ser penalizados pelos erros e atrasos na organização administrativa da empresa Águas do Alto Minho”. A associação aconselha os consumidores “que se deparam com esta situação a reclamarem das suas faturas, disponibilizando-se para apoiar e mediar os conflitos”.

Por isso, gostava de aproveitar a oportunidade para pedir mais alguns esclarecimentos ao Senhor Presidente, nomeadamente sobre a questão do investimento que aqui referiu. Porque é que não foi ou não é colocada em cima da mesa a possibilidade de constituição de associação entre municípios, que permita o acesso a fundos comunitários para melhoria dos serviços e mantenha a maioria do poder de decisão nas autarquias aderentes?

Depois, como é que se vai garantir o ressarcimento dos valores cobrados indevidamente pela AdAM aos consumidores? Porque é que as Águas de Portugal não assumem os encargos que advêm dos erros da sua gestão? Está em condições de garantir que esses encargos não serão projetados nos consumidores da AdAM?”

O **Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro**, disse que não sabe se deve usar a réplica ou outra figura qualquer depois de o Senhor Presidente de Junta de Riba de Âncora ter tido a oportunidade de fazer a intervenção ao abrigo dele mesmo. E sobre essa matéria disse o Senhor Deputado que não tem que se justificar sobre as participações públicas que assume e pratica, no entanto, em abono da verdade, e se o Senhor Presidente de Junta usar a verdade, sabe bem que até se cruzou com ele numa Assembleia na qual se discutiu a passagem de 200 mil euros dos Baldios para este projeto. Sabia também que foi uma Assembleia difícil para ele, que se viu mesmo obrigado a ouvir leituras das suas intervenções nesta Assembleia em público, usadas exatamente por um vice-presidente do Centro, nessa altura. E portanto, disse, o Sr. Presidente da Junta de Riba de Âncora faltou à verdade; mas isso ficará consigo. E também, em abono da verdade, os Baldios não reuniram no ano passado. Viveram praticamente num adiamento constante. Nem as contas foram



Assembleia Municipal de Caminha

apresentadas como sabe, e a Assembleia foi realizada apenas este ano e foi dividida em dois momentos, um dos quais até levou à eleição do Presidente da Junta a Presidente da Direção dos Baldios. E nessa, disse o senhor deputado que participou, sendo certo que quando chegar a casa, e atendendo a quem estava na mesa no momento em que votou, será informado que foi visto e descarregado no caderno de votação. E não tem nada mais a dizer sobre essa matéria.

Mas, dizer sim ao Senhor Presidente da Câmara Municipal de Caminha que todo este episódio resulta da pressa, uma vez mais a pressa. E recorda que votaram apressadamente este Comodato porque se tinha um prazo muito apertado para se apresentar uma candidatura. Ora já lá vão 6 anos e ainda não foi apresentada, como sabe. Entretanto foram passados mais 200 mil euros dos Baldios precisamente para este projeto, uma vez mais pela pressa, esperando que agora tenha algum resultado.

E dizer ainda ao Senhor Presidente, porque lhe fez ali uma correção relativamente à intervenção, que na cláusula 2.^a do Contrato diz "...reconstrução e ampliação do edifício da antiga escola básica do 1.º ciclo de Riba de Âncora para instalação de Equipamento Social com a implementação das valências de Centro de Dia (tem razão o Senhor Presidente), Serviço de Apoio Domiciliário (tenho eu razão Senhor Presidente) e Estrutura Residencial para Idosos", portanto, quando o corrige basta ler os documentos que todos aprovaram nesta Assembleia, para perceberem que afinal a razão também lhes assiste aos dois. Dizer ainda que esta questão das pressas, também se viu nas Águas, aliás aquilo que o Senhor Presidente foi ali hoje fazer, não é muito diferente do que veio ali fazer no passado. E veio provar uma vez mais que todos, apressadamente, puseram em funcionamento uma empresa que não estava preparada para funcionar. Voltaram outra vez ao mesmo, porque aquilo que o Senhor Presidente disse é que a empresa nos últimos tempos começou a ser empresa, no entanto, este órgão pô-la a funcionar em janeiro de 2020, o que não faz sentido. Então, primeiro constituía-se a empresa e depois põe-se a



Assembleia Municipal de Caminha

mesma a funcionar. Claro que o modelo mereceria sempre a reprovação da CDU. Como sabe, não patrocinam este tipo de modelos. Havia outra forma de se ganhar escala, através de Associações de Municípios completamente diferente desta, mas, a verdade é que V. Exa. preferiu este modelo. As pessoas vieram para a rua e têm toda a razão para se queixarem e se manifestarem. Mas existe algo que V. Exa. disse e na qual têm toda a razão, e o PSD terá que compreender isso. A verdade é que não foi apenas na Assembleia da República que não tiveram a solidariedade dos vossos companheiros, como localmente também não tem havido essa mesma solidariedade, e recorda, por isso, que até à data, no Concelho de Caminha, apenas a CDU citou a questão da AdAM em Assembleias Intermunicipais, sempre sozinha, nunca com o apoio do PSD, ou do PS. A CDU esteve sempre sozinha e em abono da verdade é isto que acontece.

Disse.

O **Senhor Presidente da Câmara, Miguel Alves**, disse ao Senhor Deputado Carlos Videira que a questão da perceção é a questão fundamental. Ou melhor, é aquilo que embrulha no sentido de não mastigar a questão, mas acaba por dar a visibilidade à questão. A perceção pública é nefasta. Porque, hoje á uma perceção um pouco diferente, mas é comum se encontrar várias pessoas, julga que já aconteceu com todos, que não tem nenhum problema na fatura, mas que dizem que as águas funcionam mal. Porque há uma perceção pública de que as coisas funcionam mal. Ora isso, é como todos as outras situações em que é necessário reverter esta confiança. E aquilo que ali deu foram dados concretos sobre melhorias do serviço. E, sabe que o Senhor Deputado não aprecia substantivamente, está sempre a falar da pressa. Mas, a verdade é que o serviço melhorou. Agora ainda está longe de atingir aquele patamar que todos querem. E, querem mais investimento, mais trabalho, mais capacidade para realizar as obras. Isso é fundamental.



Assembleia Municipal de Caminha

Disse ainda o Senhor Presidente ao Senhor Deputado que os valores que foram indevidamente cobrados estão a ser pagos. Têm que ser pagos, ponto final. Aliás, é um compromisso da AdAM, não pode ser de outra forma, não se pode cobrar indevidamente a ninguém,

Relativamente, ao que a Senhora Deputada do Bloco de Esquerda, disse o Senhor Presidente que embora não goste da forma a substância esta lá. É verdade que o Governo quer condicionar e sempre disseram isso, que os fundos comunitários que houver para investimento no ciclo urbano da água, saneamento e redes de água, irá estar condicionado a sistemas sustentáveis, ou seja, sistemas que em si se paguem a e eles próprios. Que o serviço da água cobrada às pessoas pague o seu próprio serviço, todos os custos de serviço e pague o investimento. E, é por isso que já existe uma decisão do Governo de Portugal comunicada aos Municípios a dizer que quem não estiver agregado a partir de 2022 não tem fundos comunitários.

Existe, uma reação por parte dos Municípios a dizer que não podem ser prejudicados por não se terem agregado e que agora não vão ter acesso aos fundos comunitários, mas, é isso mesmo. Não podem uns Municípios querer dar sustentabilidade ao sistema, para que se tenha água com qualidade e capacidade para fazer investimento e outros que não querem fazer isso, e virem depois a ser beneficiados com fundos para investimento. E, portanto, isto vai acontecer e existem Municípios do Alto Minho que não estão na AdAM, que já começam a colocar a questão, não o dirão publicamente antes das eleições de integrar a AdAM.

Relativamente à frase que ali levou do Senhor Deputado José Manuel Carpinteira, numa boa tentativa de retórica parlamentar, de dizer, bem nós estamos aqui entalados porque o PSD por todo o Distrito é a favor disso e só nós é que estamos aqui entalados. Mas, sobre essa matéria está muito tranquilo, e sabe aquilo que disse ao Senhor Deputado Manuel José Carpinteira com toda a frontalidade. Candidatos à Câmara ou partidos políticos que prometam nas próximas eleições reverter a adesão dos Municípios à



Assembleia Municipal de Caminha

AdAM, das duas uma, ou sabem que não vão ganhar ou estão a ser demagógicos. E, portanto, enfia a carapuça quem quiser enfiar em Caminha, em Valença, onde quer que seja.

E, portanto, deixa ali esta nota muito clara sobre esta matéria na expectativa que tem de se melhorar o serviço porque se há alguém que politicamente interessados em mudar o sistema da AdAM são todos os cidadãos e são os cidadãos que têm pago mais do que aquilo de deveriam pagar. Mas, se existe algum político que tem interesse político em que esta questão esteja resolvida, aquele que tem mais, é o executivo, que está na linha da frente e, portanto, quer resolver essa matéria.

Relativamente à intervenção do Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro, disse o Senhor Presidente que se naquela altura se tinha que aprovar a propósito de uma candidatura, é porque se tinha que aprovar a propósito de uma candidatura. Mas, se a instituição não apresentou a candidatura, o que lamenta. Agora, naquele momento era preciso tomar uma decisão e não percebe qual é o problema do Senhor Deputado com a cedência de espaço que a Câmara dá para ser ocupado pelas instituições para que façam equipamentos que vão servir a população. Mas, se viesse ali dizer que aquele edificado está a ser ocupado por uma banda de música, está a ser ocupado por um bar, está a ser ocupado por um hotel, isso era um problema. Mas não, está à espera de poder avançar com o projeto e não está a ser ocupado, como não o estava antes. E, também não está a propor que o executivo retire ao Centro Paroquial de Riba de Ancora aquele edificado, que serenamente, foi ali aprovado e aprovar-se-ia as vezes que fossem necessárias. E, o facto de no protocolo que o executivo celebrou com o Centro Paroquial de Riba de Ancora se ter aberto todo o leque de possibilidades para ali implementar um equipamento que podia ser de centro de dia, de apoio domiciliário e de estrutura residencial, não quer dizer que o projeto vá abranger todas essas possibilidades. O projeto é para apoio domiciliário e centro de dia. E, portanto, não é para estrutura residencial é do projeto que se está a falar, não é do



Assembleia Municipal de Caminha

protocolo. Pois o protocolo abria todas as possibilidades e, por isso, corrijo a sua correção se assim o permite.

O **Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Riba de Âncora, Paulo Alvarenga**, em defesa da honra disse ao Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro, que uma vez que esteve presente numa reunião do Conselho Diretivo dos Baldios, no Centro de Dia de Riba de Âncora, aonde ajudou a aprovar os primeiros 200 mil euros. Sugere que traga essa ata e que a leia nesta Assembleia Municipal, se isso é verdade.

3.º- PERÍODO DA ORDEM DO DIA

a) – Apreciação de Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara sobre a Atividade do Município e a Situação Financeira do Mesmo

b) Aprovação da ata da sessão ordinária de 26 de fevereiro 2021

Assembleia Municipal submeteu à discussão e votou a proposta, relativa à **“Ata da Sessão ordinária de 26 de fevereiro 2021”**, que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Não havendo inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 31 votos a favor, 0 votos contra e 02 abstenções, as quais se devem ao facto de não terem estado presentes na referida sessão.

c) Revogação dos Protocolos de Apoio às Freguesias e a Atribuição de



Assembleia Municipal de Caminha

Subsídio a cada Junta de Freguesia igual ao Montante Pecuniário Constante nos Protocolos Ora Revogados

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de quinze de março de dois mil e vinte e um, relativa à **“Revogação dos Protocolos de Apoio às Freguesias e a Atribuição de Subsídio a cada Junta de Freguesia igual ao Montante Pecuniário Constante nos Protocolos Ora Revogados”**, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea j), do n.º 1, do art.º 25 da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal deliberar sobre formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações, **propõe-se** que este órgão deliberativo aprove:

- A revogação dos Protocolos de Apoio às Freguesias para o ano 2021, e a atribuição de um subsídio a cada Junta de Freguesia igual ao montante pecuniário constante nos Protocolos de Apoio às Freguesias para o ano 2021, ora revogado, a saber:

Freguesia de Âncora	€ 21.500,00
União das freguesias de Argas – Cima Baixo e São João	€ 16.000,00
Freguesia de Argela	€ 16.000,00
União das freguesias de Caminha e Vilarelho	€ 32.000,00
Freguesia de Dem	€ 16.000,00
União das freguesias de Gondar e Orbacém	€ 16.000,00
Freguesia de Lanhelas	€ 21.500,00
União das freguesias de Moledo e Cristelo	€ 25.000,00
Freguesia de Riba de Âncora	€ 21.500,00
Freguesia de Seixas	€ 21.500,00



Assembleia Municipal de Caminha

União de freguesias de Venade e Azevedo	€ 21.500,00
Freguesia de Vila Praia de Âncora	€ 37.500,00
Freguesia de Vilar de Mouros	€ 16.000,00
Freguesia de Vile	€ 10.700,00

O **Senhor Presidente da União de Freguesias de Caminha e Vilarelho, Miguel Gonçalves**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes da Junta, ilustres Munícipes que nos seguem de casa e Comunicação Social, e disse que este ponto da ordem de trabalhos podia passar um pouco à margem desta Assembleia, mas, quer ali sublinhar este ponto, porque na última Assembleia pediu para que fossem convertidos os Protocolos de Apoio para subsídios, isto, há semelhança daquilo que tinha acontecido no ano anterior, e por isso, agradece ao Senhor Presidente de Câmara pela sensibilidade que teve para com as Juntas de Freguesia em lhes proporcionar esta ajuda. E, como todos sabem não vai aumentar as verbas, infelizmente, mas, vai-lhes dar margem para poderem acomodar essas verbas de outra forma. E, para melhor compreenderem aqueles que seguem a partir de casa, disse o Senhor Presidente de Junta que essas verbas ao entrarem como Protocolo de Apoio, entravam como receitas de capital, mas, através de subsídio vai-lhes permitir que entrem como receitas correntes, e como a fundamentação técnica desta proposta lá expressa, que este é um ano atípico marcado pela pandemia, que está numa fase decrescente, no entanto, continua entre nós, e todos os seus efeitos económicos e sociais, podem perdurar infelizmente durante muito tempo, e as Juntas de Freguesia tem que estar dotadas de orçamentos que permitam ocorrer a situações que todos esperam que não aconteçam de emergência, logo, não seria compreensível se ter dinheiro para obra e não se poder utilizar para situações de emergência, e com esta alteração podem utilizar a verba para aquilo que seja mais urgente, ou seja, se poderem fazer obra fazem, mas,



Assembleia Municipal de Caminha

se acontecer alguma situação de emergência então tem um fundo para acudir a essa situação, e por isso, agradece mais uma vez à Câmara Municipal esta alteração e irá votar favoravelmente.

O **Senhor Presidente da Câmara, Miguel Alves**, agradeceu a intervenção do Senhor Presidente de Junta de Caminha/Vilarelho, mas, vai fazer apenas ali uma pequena correção, porque parece que não é mais dinheiro, mas é, porque existem Juntas de Freguesia que no sistema anterior não apresentavam despesa total para as despesas correntes e para as despesas de capital, e a Câmara não mobilizava a totalidade do bolo para essas Freguesias, porque existem Freguesias que não gastam o dinheiro todo que a Câmara lhe atribui, agora a Câmara atribui a totalidade do dinheiro, tem mais despesa, tem mais capacidade de investimento as Freguesias, que não é o caso da Freguesia de Caminha/Vilarelho, que pode agora gastar a favor do povo e por isso o executivo fica feliz por fazer essa alteração, a qual está bem feita.

Não havendo mais inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 33 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 33 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

d) Alteração Modificativa ao Orçamento (Inserção de Rubrica)

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de quinze de março de dois mil e



Assembleia Municipal de Caminha

vinte e um, relativa à “**Alteração Modificativa ao Orçamento**”, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea a) do n.º 1, do art.º 25, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara, aprovar as opções do plano e a proposta de orçamento, bem como as respetivas revisões, **propõe-se** que este órgão deliberativo aprove a “Alteração Modificativa ao Orçamento”, com a inserção da seguinte rubrica orçamental, por não fazer parte do Orçamento da Receita.

- 12 06 02 - Sociedades financeiras

Não havendo inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 27 votos a favor, 0 votos contra e 06 abstenções.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 33 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

e) Alteração Modificativa ao Orçamento

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de dezanove de abril de dois mil e vinte e um, relativa à “**Alteração Modificativa ao Orçamento**”, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea a), do n.º 1, do art.º 25, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal, sob proposta da



Assembleia Municipal de Caminha

Câmara, aprovar as opções do plano e a proposta de orçamento, bem como as respetivas revisões, **propõe-se** que este órgão deliberativo aprove a “Alteração Modificativa ao Orçamento”, nas seguintes rubricas:

Receita:

- 10 03 07 01 – FEDER – 844 000€;
- 12 06 02 - Sociedades financeiras – 400 000€.

Despesa:

- 02/07 01 03 03 – Mercados e instalações de fiscalização sanitária – 90 000€;
- 02/07 03 02 05 – Escolas – 1 015 000€;
- 02/07 03 03 01 - Viadutos, arruamentos e complementares – 55 000€;
- 02/07 03 05 – Bens de património, artístico e cultural – 54 000€;
- 02/07 03 03 02 - Sistemas drenagem e águas residuais – 30 000€

Não havendo inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 27 votos a favor, 0 votos contra e 06 abstenções.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 33 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

f) Acordo de Mutação Dominial de Troço da EN13 a Celebrar com as Infraestruturas De Portugal, S.A.

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de dezanove de abril de dois mil e vinte e um, relativa ao “**Acordo de Mutação Dominial de Troço da EN13 a**



Assembleia Municipal de Caminha

Celebrar com as Infraestruturas De Portugal, S.A.”, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante. Assim e porque nos termos da alínea k), do n.º 2, do art.º 25, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, compete à Assembleia Municipal pronunciar-se e deliberar sobre todos os assuntos que visem a prossecução das atribuições do município, **propõe-se** que este órgão deliberativo conceda autorização para o “Acordo de Mutação Dominial de Troço da EN13 a Celebrar com as Infraestruturas De Portugal, S.A”.

O **Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro**, disse que vai fazer ali um exercício de memória e desafia o Senhor Presidente de Câmara, porque julga que foi no primeiro mandato que ali o desafiou em nome da bancada da CDU, a urbanizar e integrar este troço da Nacional 13 na malha urbana, atendendo a todas as condicionantes e condições que agora aparecem no preâmbulo da celebração de este Acordo. Passados estes anos julga que não faltará à verdade se recordar que o Sr. Presidente da Câmara lhe disse nessa altura para deixar passar o tempo e algumas requalificações. Nesse momento mediu nas palavras que concordava com aquela que era a visão da CDU e passados estes anos é com enorme satisfação que veem este primeiro passo. Não sabe se é para concorrer de imediato para aquilo que a CDU tinha na sua conceção em termos de imagem no melhoramento neste enquadramento urbano. Mas é, seguramente, um grande passo no entender da CDU, e, logicamente, votarão a favor.

O **Senhor Presidente da Câmara, Miguel Alves**, disse que a visão que o Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro ali levou ao longo dos anos, e julga que já fez mais de uma intervenção sobre essa matéria é uma visão acertada. A estrada nacional n.º 13 começou por ser um entre estranho nas nossas terras, depois começou a absorver um conjunto de habitações à volta e acabou por conviver numa lógica completamente diferente com aquilo que é a



Assembleia Municipal de Caminha

malha urbana que se tem hoje sobretudo em Vila Praia de Âncora e um pouco em Caminha embora mais manco, porque é mais de um lado, enquanto que em Vila Praia de Âncora envolve a própria estrada nacional. E, de facto não discorda daquilo que é o seu posicionamento global quando falou disso, nas vezes que falou disso. Mas, era necessário acautelar algumas condições, era necessário acautelar toda a obra infraestrutural que acabou por ser feita pela concessionária da A28 de retenção de águas e de passagem de águas por baixo da estrada nacional que permite que hoje em dia não seja visível ou que tenha acontecido problemas nos últimos anos na zona da Sandia pela força da obra que o executivo fez posteriormente, mas, também por força daquele escoamento de águas. Uma obra de requalificação na zona de Moledo, na zona da Meia Légua que tinha um problema de uma passagem hidráulica que ficou resolvida pelas Infraestruturas de Portugal. Um reforço nas zonas de passagem de comboios nomeadamente em Moledo logo a seguir à rotunda quem vai para Caminha que tem ali uma passagem que precisava de ser reforçada e foi feita no conjunto das obras das infraestruturas, a isto acrescentando, às obras que se tem em carteira já com financiamento garantido. O viaduto para passar daquele investimento comercial que está a acontecer na rotunda da A28 que passará para a zona da Póvoa, tem investimento garantido, portanto, precisava-se de agora alavancar a execução do projeto. Também, o mesmo relativamente à Ecovia de Caminha que está alavancado a esse projeto, aquela ligação que há na Ecovia de Moledo/Camarido que também tem ali uma interceção, mas, nem todas estavam a obter as autorizações das Infraestruturas de Portugal que eram necessárias obter. Então qual é o momento, é mesmo este. O executivo, já conseguiu que o investimento estrutural fosse feito, já se tem investimento garantido para estas zonas, ou seja, estão a começar a ter o problema e não ter os meios para fazer as coisas.

Disse ainda o Senhor Presidente que o grande desafio que vai acontecer não é isto que vai acontecer nos próximos anos 2/ 3 anos, vai-se fazer a passagem



Assembleia Municipal de Caminha

pela Póvoa, a Ecovia do Camarido vai ficar concluída nos próximos dias, a Marginal de Caminha irá ficar concluída lá para o final do ano, porque a partir desta decisão também, a se ser perdoem a expressão “donos e senhores da estrada nacional 13”, neste troço. O desafio vai ser o aquilo que o executivo quer fazer sobretudo em Vila Praia de Ancora, porque tem-se uma Avenida enormíssima que não o é, mas que deve ser. Com franqueza, apesar da esperança que tem de continuar nos próximos 4 anos à frente do Município, acha difícil que seja para ele a concretização da obra que ali é necessária fazer. É integrar aquela avenida, ou seja, tornar aquilo numa avenida. Também tem desafios em Moledo, tem desafios em Caminha, mas eles têm de ser superados, no entanto, vai agora ali aproveitar para explicar porque, o tema não foi debatido e às vezes os Senhores Deputados podem não saber a totalidade do que se está a falar.

O que está ali em causa é passar o domínio da estrada nacional n. 13, desde a rotunda do barco em Vila Praia de Ancora até à entrada da Ponte do Rio Coura em Caminha com exceção da rotunda da A28, ela é da concessionária, não é das Infraestruturas de Portugal. E, qual é a pergunta lógica que Ancora pode fazer, porque é que o Presidente não ficou com o troço que vai dar à Gelfa até à rotunda do barco? porque não podem ficar, porque é um troço classificado e o troço que o executivo ficou é desqualificado. E, porque é que o executivo não ficou com o troço da Ponte do Coura até Lanhelas? Porque, esse sim é desqualificado porque esse troço tem a superação do Rio Coura da Ponte que ainda não dá aquelas condições que é necessário ter para ficar com a Ponte que é o mais complicado.

Mas, ficaram e podem assim gerir as coisas, o que não podem é estar como se está agora à espera de um parecer das Infraestruturas de Portugal há 2 anos para se avançar com a obra do viaduto, tem de ter a possibilidade de poder atuar no território atendendo a que isso beneficia as nossas populações. E, é isso que está ali em causa. E, obviamente que isto tem contrapartidas que se garantiram e acautelaram com fazer-se as limpezas ainda este ano por conta



Assembleia Municipal de Caminha

da Infraestruturas de Portugal, vão ser feitas as vistorias a todas as obras de arte até 2025, pelas Infraestruturas de Portugal e há um financiamento que é dado de 130 mil euros que não é relevante mas que é melhor do que está pensado na descentralização que o executivo não aceitou. A descentralização de competências das estradas nacionais são todas, também aquelas do interior, as desqualificadas. Está a falar daquela que vai para Vilar de Mouros e está a falar da que vai para Riba de Âncora que segue para Amonde e a passagem do dinheiro é feita mediante fatura, ou seja, tapa-se um buraco, põe um ralo, o que não faz muito sentido do ponto de vista do executivo. Logo, fez este acordo na expectativa de que as estradas nacionais em 2022 acabaram por cair nos colos dos Municípios e será também aí uma empreitada. Mas, quanto ao desafio estrutural é mesmo esse. É um desafio que gostava de abraçar pelo menos em termos de projeto no próximo mandato de encontrar uma integração entre a estrada nacional em Vila Praia de Âncora e a sua envolvente, tem muitas coisas por superar e a execução disso ficará para naturalmente para quem vier a seguir e propuser aquilo que de melhor se possa propor para Vila Praia de Âncora. São grandes desafios, grandes responsabilidades, mas não podem querer atuar no território, e não ter as responsabilidades, as duas coisas é que não dá para fazer, portanto Senhor Deputado é possível se convergir e fica muito satisfeito que isso possa acontecer.

Não havendo mais inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 27 votos a favor, 0 votos contra e 06 abstenções.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 33 votos a favor, 0 votos contra e 0



Assembleia Municipal de Caminha

abstenções.

g) Protocolo de Cooperação e Apoio Financeiro entre o Município de Caminha e a Fundação AMA Autismo no âmbito do Projeto Campus AMA

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de seis de abril de dois mil e vinte e um, relativa ao “**Protocolo de Cooperação e Apoio Financeiro entre o Município de Caminha e a Fundação AMA Autismo no âmbito do Projeto Campus AMA**”, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea c), do n.º 1, do artigo 6.º, da Lei 8/2012, de 21/02, na sua versão atual que prescreve ...” a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público-privadas, está sujeita a autorização prévia da assembleia municipal, quando envolvam entidades da administração local”, e nos termos da alínea k), do n.º 2, do art.º 25, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal pronunciar-se e deliberar sobre todos os assuntos que visem a prossecução das atribuições do município, **propõe-se** que este órgão deliberativo conceda autorização para a celebração do “Protocolo de Cooperação e Apoio Financeiro entre o Município de Caminha e a Fundação AMA Autismo no âmbito do Projeto Campus AMA”.

A **Senhora Deputada Renata Monteiro**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Caminha, Senhor Presidente da Câmara Municipal de Caminha, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, caros munícipes que nos seguem de casa e Comunicação social, e disse;



Assembleia Municipal de Caminha

“Dizia Paulo Freire, um dos grandes pedagogos dos nossos tempos, que a Inclusão acontece quando se aprende com as diferenças e não com as igualdades. As crianças e os jovens com algum tipo de deficiência ou necessidade especial que afete o seu desenvolvimento e estados físicos ou cognitivos, e os seus núcleos familiares lutam, todos os dias, para que esta inclusão seja uma realidade assente, clara e garantida para as mais básicas rotinas do dia-a-dia, mas também e sobretudo para o seu futuro.

O envolvimento das comunidades e das entidades nesta inclusão é fundamental e elementar; a colaboração e a disponibilidade do poder político para encarar estas necessidades é basilar para que a inclusão não seja só uma realidade, mas para que seja também eficaz e bem feita!

O atual executivo camarário tem, nestes últimos anos, mantido, melhorado ou criado formas de prover a estas crianças, a estes jovens e aos seus núcleos familiares tudo aquilo que está ao seu alcance para que no seu dia-a-dia não necessitem de enfrentar mais entraves, dificuldades ou obstáculos do que a sua condição assim já obriga.

Quando as necessidades não são as nossas ou quando as medidas não nos afetam, é fácil estarmos um tanto distraídos a tudo o que é feito em prol dos outros sem que disso nos apercebamos. Cabe por isso lembrar que, entre muitas outras medidas, o Município tem levado a cabo:

-a celebração de um protocolo com a Associação ETHOS para o desenvolvimento de Terapia Assistida com cães, cujo objetivo prioritário é melhorar a qualidade de vida das crianças e jovens com deficiência, promovendo um processo de ensino e aprendizagem adequados, procurando o sucesso educativo e cognitivo - esta terapia é aplicada a 9 crianças referenciadas pela Equipa da Educação Inclusiva do Agrupamento de Escolas Sidónio Pais

-a criação de uma Equipa Multidisciplinar de apoio à Educação Inclusiva no pré-escolar e 1º ciclo do ensino básico do Concelho (numa realidade com mais de 600 crianças), incluindo as valências de Terapia da Fala, Psicologia,



Assembleia Municipal de Caminha

Educação e Área Social, trabalhando desta forma a linguística, as emoções e os comportamentos, visando criar condições promotoras de sucesso escolar e de valorização das aprendizagens.

- o acolhimento, nos serviços municipais, de jovens com necessidades educativas especiais, apoiando-os no desenvolvimento dos seus Planos Individuais de Transição, estimulando desta forma o comportamento autónomo de cada um, fomentando e dotando-os de competências essenciais para a sua integração na vida ativa e no mercado de trabalho.

O Município de Caminha comparticipa o transporte diário de 15 jovens do concelho integrados na APPACDM de Valença e da Areosa, suportando na íntegra o valor do passe de transporte dos jovens com alguma autonomia. Criou ainda um circuito especial de transporte para 5 jovens do concelho, com características específicas e carências ao nível da autonomia pessoal, transportando-os diariamente para as instalações da APPACDM na Areosa. Assegura ainda o apoio no transporte de jovens para o desenvolvimento de Terapias Ocupacionais e Campo de Férias, promovidos pela AMA.

Inserida ainda na ação do Município encontra-se a parceria com a APPACDM que permite a esta instituição o estabelecimento, na antiga Escota do Vilarinho, em Vila Praia de Âncora, que tantos creem encontrar-se esquecida, um Centro de Atividades Ocupacionais para jovens adultos com necessidades especiais.

Chegados a este ponto, cabe referir o assunto que nos traz hoje a votação.

A preocupação com a inserção na realidade laboral e na sociedade em geral, após a idade da escolaridade obrigatória, dos jovens com Perturbação do Espectro do Autismo é, como podemos imaginar, uma presença constante no seu seio familiar.

Que sejam proporcionados os melhores apoios e asseguradas as melhores respostas para garantir a possibilidade de criação de emprego para um filho, um neto ou um irmão com Perturbação do Espectro do Autismo representa um conforto, uma melhoria no bem-estar familiar e, sobretudo uma esperança.



Assembleia Municipal de Caminha

A Fundação AMA, com a sua vasta experiência no trabalho, apoio e valorização da pessoa com Perturbação do Espetro do Autismo e atenta ao problema social da baixa empregabilidade de jovens/adultos com autismo e/ou outra deficiência, desenvolveu o Projeto Campus AMA, um investimento que ascende ao meio milhão de Euros com o objetivo central de implementar estratégias para o desenvolvimento individual de competências para a empregabilidade.

O Município de Caminha, reconhecendo todo o trabalho meritório que esta Fundação tem feito ao longo destes anos e tendo em consideração que a Fundação AMA apoia 37 crianças/jovens, do concelho de Caminha, com Perturbação do Espetro do Autismo (PEA) e/ou outra deficiência, assumindo um papel de extrema importância para as famílias destas crianças/jovens, associou-se ao desenvolvimento deste Projeto, tornando-se um dos seus Investidores Sociais.

Este passo é mais um dentro de todas as ações que este Município tem desenvolvido junto da população mais vulnerável, apoiando e desenvolvendo competências sociais e de autonomia funcional, potenciadores de uma sociedade e comunidade mais integrada e mais inclusiva, social e profissionalmente, sempre cientes de que o objetivo da educação inclusiva não é tornar todas as crianças e jovens iguais, mas sim respeitar e valorizar aquilo que as torna, só ligeiramente, distintos.”

O **Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro**, disse que para que não haja nenhuma má interpretação, a CDU vota favoravelmente esta proposta, e votaria da mesma forma em todas as que viessem neste âmbito. A única resposta que vai havendo para estas situações em concreto infelizmente não partem do Estado, o que não impede de se fazer essa análise. Existem responsabilidades que devem ser do Estado e devia assumi-las por completo, não devendo deixar as pessoas reféns de candidaturas, projetos, de dependências várias para que se possa atender a casos tão importantes e



Assembleia Municipal de Caminha

urgentes como este que hoje ali está a ser apresentado. Votar favoravelmente é uma obrigação social, porque não se trata de uma ação de investimento da própria Câmara; trata-se exatamente da Câmara assumir a sua quota parte no compromisso que tem e no desenvolvimento destas crianças, jovens e adultos. Participar neste 30%, que obrigatoriamente é de investimento social, caso contrário não pode haver implementação de projeto, é assim um ato consequente e por isso a CDU vota a favor desta proposta. Não deixa o Sr. Deputado de levantar a questão de fundo da responsabilidade do Estado, sendo necessário e urgente que todos pugnem por responsabilizar o Estado pela sua população, dando-lhe respostas e soluções, não a deixando refém.

E, deixa ali o Senhor Deputado algumas questões;

Seria importante saber como são distribuídos estes 30% do investimento. A CDU já tinha reparado nesta confusão do Município de Viana do Castelo e do Município de Caminha. Uma vez que este é um projeto multimunicipal, importa saber se os investidores sociais dos diferentes Municípios participam de igual forma, ou seja, como mesmo valor. Importa saber como é feita essa distribuição tendo em conta o número de pessoas que são servidas por este projeto. Contudo, disse, que se apenas houvesse uma pessoa a necessitar, isso já mereceria que o Concelho de Caminha participasse com a sua quota-parte neste projeto.

Por último, a empregabilidade é um dos elementos chave e centrais, até naquilo que ali hoje foi aprovado unanimemente na Moção do 1º de Maio nesta Assembleia Municipal. E esta empregabilidade parece afetar mais, quem mais precisaria de proteção no emprego. Nesta medida o projeto também tem valor e logicamente que merece a aprovação da CDU.

Disse

O Senhor Presidente da Câmara, Miguel Alves, agradece as intervenções, e agradece a intervenção da Renata Monteiro, que foi ali evidenciar um trabalho que é feito no Município, que é um trabalho que não é muito conhecido, porque



Assembleia Municipal de Caminha

não se trata de um trabalho de bandeira, e não é o estilo do executivo replicar ou dar nota dessas ações, mas, é importante que se entenda que o Município, o conjunto dos trabalhadores do Município prestam um serviço notável a um conjunto de pessoas do Concelho que tem necessidades específicas, e neste caso muito ligadas á deficiência, em várias vertentes e locais, tem vindo a fazer esse trabalho e admite que não consiga chegar a todas, mas, existe um trabalho muito forte que é feito na ligação com as escolas, com as instituições, na ligação particular com as famílias, e existe o lamento que é aquele que o Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro ali levou, é que de facto o Estado não consegue dar resposta a estas situações, tentar dar de forma deferida através dos apoios que vai dando ás Instituições. Mas, no Concelho de Caminha existe um problema estrutural, não existe nenhum equipamento de apoio à deficiência, o que justifica a cedência do espaço da Escola de Vilarelho para a APPACDM, na convicção que possa lá fazer o projeto que quer fazer, assim que tenha financiamento do PARES, o que justifica estas ações.

Disse ainda o Senhor Presidente que as participações dos Municípios são realizadas em partes iguais, e o número de crianças e jovens que são acompanhadas pela AMA no Concelho de Caminha são 37, e justifica-se, mas, como disse bastava um, agora, 37 são muitas famílias de diferentes Freguesias do Concelho de Caminha.

Para terminar disse o Senhor Presidente à Senhora Secretária da Junta de Freguesia de Vilar de Mouros, que este é o segundo momento em que estando em funções na Câmara Municipal trabalha com a AMA Autismo, desta feita no sentido certo, julga que nesta matéria estão acertados a trabalhar com a AMA Autismo, outros projetos que no passado foram alavancados talvez não se justificassem e a verdade é que a realidade acabou por dar a razão ao pensamento deste executivo. E, desta é a continuidade do trabalho que estão a fazer, e no âmbito deste projeto o CAMPUS a Câmara Municipal terá que desenvolver um conjunto de ações e a AMA, e é dinâmica a realidade do



Assembleia Municipal de Caminha

Autismo no Concelho de Caminha e irá dar-se resposta dentro daquilo que são os recursos do Município.

Não havendo mais inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 33 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 33 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

h) Concurso Público para Aquisição de Serviços de Comunicações de Voz e Transmissão de Dados

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de um de março de dois mil e vinte e um, relativa ao “**Concurso Público para Aquisição de Serviços de Comunicações de Voz e Transmissão de Dados**”, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante. Assim e porque nos termos dos n.º1 e n.º 6, do art.º 22, do Decreto-lei n.º 197/1999 de 08 de junho, compete à Assembleia Municipal conceder a prévia autorização para a assunção de compromissos relativos a despesas que deem lugar a encargo orçamental em mais de um ano económico, **propõe-se** que este órgão deliberativo autorize o “**Concurso Público para Aquisição de Serviços de Comunicações de Voz e Transmissão de Dados**”.

Não havendo mais inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.



Assembleia Municipal de Caminha

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 33 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 33 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

i) Adesão da Assembleia Municipal de Caminha à ANAM - Associação Nacional de Assembleias Municipais

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de um de março de dois mil e vinte e um, relativa ao **“Adesão da Assembleia Municipal de Caminha à ANAM - Associação Nacional de Assembleias Municipais”**, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante. Assim e porque nos termos da alínea k), do n.º 2, do art.º 25, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal pronunciar-se e deliberar sobre todos os assuntos que visem a prossecução das atribuições do município, **propõe-se** que este órgão deliberativo aprove a **“Adesão da Assembleia Municipal de Caminha à ANAM - Associação Nacional de Assembleias Municipais”**.

Não havendo mais inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 33 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.



Assembleia Municipal de Caminha

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 33 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

j) Regulamento do Cartão Jovem do Município de Caminha

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de dezanove de abril de dois mil e vinte e um, relativa ao “**Regulamento do Cartão Jovem do Município de Caminha**”, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea g), do n.º 1, do art.º 25, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal aprovar os regulamentos com eficácia externa do município, **propõe-se** que este órgão deliberativo aprove o “Regulamento do Cartão Jovem do Município de Caminha”.

O Senhor Deputado Carlos Videira, deu início à sua intervenção;

Gostaria de começar por saudar a criação do Cartão Jovem Municipal, uma iniciativa que tem vindo a ser desenvolvida em vários concelhos em todo o país e que se traduzirá num conjunto alargado de vantagens ao nível da mobilidade, do turismo, do desporto, do lazer, da educação e das tecnologias de informação em Caminha, em Portugal e por toda a Europa.

“Trata-se, de facto, de uma política pública de referência no âmbito da juventude e é com agrado que assistimos à sua implementação no nosso Concelho.

No entanto, é precisamente por se tratar de uma iniciativa estruturante em matéria de juventude que este Regulamento que hoje aprovaremos deveria ser acompanhado pelo parecer do Conselho Municipal da Juventude, órgão



Assembleia Municipal de Caminha

consultivo do município sobre matérias relacionadas com a política de juventude.

Assim o determina o seu Regulamento, publicado em Diário da República a 25 de maio de 2018, quando refere no n.º 2 do Artigo 7.º que compete ao CMJC emitir parecer obrigatório, não vinculativo, sobre projetos de regulamentos e posturas municipais que versem sobre matérias que digam respeito a políticas municipais de juventude. O n.º 3 do mesmo artigo estabelece, de igual modo, que o CMJC é auscultado pela Câmara Municipal de Caminha durante a elaboração dos projetos de atos previstos no número anterior.

Para efeitos de emissão do parecer obrigatório, não vinculativo, o n.º 3 do Artigo 8.º estabelece que a Câmara Municipal de Caminha deve solicitá-lo imediatamente após a aprovação do Regulamento para consulta pública, remetendo ao CMJC toda a documentação relevante. Já o número seguinte refere que o parecer do CMJC deve ser remetido ao órgão competente para a deliberação final, no prazo máximo de 15 dias contados a partir da solicitação referida anteriormente.

Lamentamos, por isso, que tal não tenha acontecido neste processo de aprovação do Regulamento do Cartão Jovem do Município de Caminha, fazendo votos para que futuras propostas em matérias relacionadas com a política de juventude sejam acompanhadas dos pareceres obrigatórios previstos nos instrumentos aprovados por este Executivo e esta Assembleia Municipal.

Tal como refere o preâmbulo do Regulamento do Conselho Municipal da Juventude, “é essencial que as instituições públicas estabeleçam um diálogo permanente com os cidadãos, fomentando mecanismos de democracia participativa e aberta a todos, pelo que importa assegurar a criação de um fórum privilegiado de diálogo com a sociedade civil jovem no Município de Caminha adaptando o disposto na Lei n.º 6/2012, de 10 de fevereiro às necessidades de audição e representação da juventude local”.



Assembleia Municipal de Caminha

O **Senhor Deputado João Domingues**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes da Junta, ilustres Munícipes que nos seguem de casa e Comunicação Social, e de seguida deu início à sua intervenção;

“Venho falar-vos da criação do Cartão Jovem Municipal e suas vantagens para os jovens do nosso concelho.

O Cartão Jovem Municipal é uma modalidade do Cartão Jovem E.Y.C. (European Youth Card), que proporciona aos seus futuros titulares mais de 40 mil vantagens europeias, das quais 4.000 são nacionais, através de descontos, reduções e isenções em produtos e serviços prestados por entidades públicas e privadas que sejam parceiras.

Este cartão resulta duma parceria entre a CMC e a Movijovem.

Este cartão será atribuído a jovens entre os 12 e os 29 anos que residam ou estudem no concelho de Caminha e proporcionar-lhes-á uma série de descontos e benefícios em vários produtos e atividades, devendo para tal, ser requerido.

Falamos em descontos que vão desde os 10%/15% (na utilização de piscinas, ferryboat, torre do relógio e outros equipamentos municipais passando por descontos em eventos desportivos e culturais promovidos pelo município...)

até aos 30% (por exemplo na obtenção de licenças de construção, comunicações prévias, licenças de utilização bem como nas taxas de ocupação da via pública e de publicidade), e até mesmo na aquisição de produtos no comércio local aderente.

Tem um âmbito Concelhio, Nacional e Europeu, na medida em que os portadores deste cartão poderão usufruir de descontos, reduções e isenções em produtos e serviços prestados por entidades públicas e privadas, acumulando ainda as vantagens do cartão jovem europeu em Caminha, em Lisboa e em Paris por exemplo.



Assembleia Municipal de Caminha

Para o efeito os jovens deverão preencher um formulário de inscrição a ser fornecido nos serviços de atendimento da Câmara Municipal ou no respetivo site.

As vantagens disponibilizadas pelo Município de Caminha e pelas entidades aderentes serão publicadas no portal do Cartão Jovem Europeu e ainda na página eletrónica do Município.

Com a implementação deste projeto, a Câmara Municipal visa proporcionar melhores condições de vida aos jovens do concelho, facilitando a sua fixação em Caminha e o seu dia-a-dia, ao mesmo tempo que promove a comercialização de vários serviços e produtos do concelho e do comércio tradicional local.

Ao promover a compra no nosso comércio local fomentamos a prática de aquisição de bens e serviços no nosso território por parte da nossa juventude que, não raras vezes, é tentada a fazer as suas compras nos grandes centros. Agora, caberá aos jovens e aos nossos lojistas e comerciantes aderirem e darem vida e sentido a este projeto, de si ambicioso e altruísta.

Permitam-me assim que, em nome da bancada do Partido Socialista e também enquanto munícipe me congratule e saúde o executivo camarário por este sinal de forte e aposta clara nos jovens, bem como pelo incentivo que aqui é dado ao nosso comércio tradicional.

Disse.”

Não havendo mais inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 33 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

O **Senhor Deputado Carlos Videira**, fez declaração de voto;



Assembleia Municipal de Caminha

“A criação do Cartão Jovem do Município de Caminha é uma política de referência em matéria de Juventude, é importante e é positivo que Caminha tenha aderido à mesma.

Mas é igualmente importante que o formalismo que exigimos a nós próprios, quando nesta Assembleia Municipal aprovamos determinados instrumentos de auscultação da população, depois tenha consequência quando são trazidas propostas de regulamentos para votação.

Era importante ter ouvido o Executivo Municipal sobre a inexistência do parecer obrigatório do Conselho Municipal da Juventude. Esperemos que, pelo menos, tenha sido tomada nota e que, no futuro, os órgãos funcionem tal como foi previsto nos respetivos regulamentos.”

O **Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro**, disse em declaração de voto que a CDU entende que havia uma necessidade urgente em se fazer esta aprovação. Contudo seria importante ouvir-se da Câmara Municipal uma justificação clara da razão pela qual o Conselho Municipal da Juventude não se ter pronunciado. Na verdade, a CDU entende que dadas as circunstâncias o Conselho Municipal da Juventude não está formalmente em funcionamento e esse foi o impedimento que terá levado a ter que se passar à frente deste formalismo, o qual, a CDU, defende que deve vigorar principalmente nesta casa.

Disse.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 33 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

k) Alteração à Postura de Trânsito e Estacionamento na União de Freguesias De Caminha (Matriz) e Vilarelho



Assembleia Municipal de Caminha

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de dezanove de abril de dois mil e vinte e um, relativa à **“Alteração à Postura de Trânsito e Estacionamento na União de Freguesias De Caminha (Matriz) e Vilarelho”**, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea g), do n.º 1, do art.º 25, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal aprovar as posturas com eficácia externa do município, **propõe-se** que este órgão deliberativo autorize aprovar, a implementação de sinalética como se indica:

Rua de São João:

- 2 sentidos de trânsito, entre a Av. Manuel Xavier e o Parque do Tribunal;
- 1 sentido de trânsito – circulação no sentido de norte para sul (entre o Parque do Tribunal e o entroncamento com as ruas Lino J. Felgueiras da Silva e Visconde Sousa Rego);
- Marcação de lugares de estacionamento longitudinal com indicador de duração 15 minutos, em alguns troços da rua de acordo com mapa em anexo;
- Marcação de lugares regulamentados para farmácia e cargas e descargas, com indicador de duração 15 minutos, de acordo com mapa em anexo;
- Colocação de delimitadores em ambas as bermas, entre a Igreja da Misericórdia e o entroncamento com as ruas Lino J. Felgueiras da Silva e Visconde Sousa Rego;
- Implementação de três passadeiras para peões acordo com mapa em anexo;
- Implementação de sinalética vertical de acordo com mapa em anexo;

Avenida Manuel Xavier:

- Implementação de intersecção giratória no topo norte do arruamento;
- Implementação de duas passadeiras para peões acordo com mapa em anexo;
- Marcação de lugares de estacionamento longitudinal em alguns troços da rua de acordo com mapa em anexo;



Assembleia Municipal de Caminha

- Implementação de sinalética vertical de acordo com mapa em anexo;

O **Senhor Presidente da União de Freguesias de Caminha e Vilarelho, Miguel Gonçalves**, deu início à sua intervenção;

“A Junta de Freguesia apoia esta proposta de alteração da postura de trânsito e de estacionamento para a rua de S. João e para a Praça Conselheiro Silva Torres. Esta nossa posição ficou claramente expressa no parecer que emitimos sobre este assunto. Salientamos, muito positivamente, que as nossas recomendações tenham sido atendidas.

Dessas destaco a implementação de tempo limitado no estacionamento da rua de S. João.

Esta é uma medida necessária e tem um carácter preventivo e pedagógico.

Queremos que este estacionamento seja de duração limitada, proporcionando, assim, uma rotatividade que serve o comércio e os serviços de toda esta zona. Isto constitui, claramente, uma rutura com o passado, em que o estacionamento verdadeiramente não existia, como todos sabemos: os mesmos carros ficavam aí estacionados todo dia. Não fomentava as atividades económicas, apenas servia os interesses de quem ocupava esses lugares.

Esta intervenção, juntamente com a que se realizou no Centro Histórico de Caminha, constitui um motivo de orgulho e de contentamento.

É muito relevante o investimento que foi feito para tornar esta área mais moderna, mais qualificada, mais atrativa, mais acessível e mais bonita.

Este investimento vai ao encontro dos agentes económicos, mas também dos cidadãos.

Agradeço, assim, ao Executivo da Câmara Municipal e aos seus técnicos todo o trabalho

desenvolvido. Com a vossa ação, temos um espaço de todos e para todos. Por isso, e por entendermos bem a importância económica e social desta intervenção, temos de ser rigorosos.



Assembleia Municipal de Caminha

Rigorosos com as atividades económicas, que têm de encerrar este espaço como nobre, que carece de ser mimado, cuidado e protegido.

Torna-se, por isso, urgente a elaboração de um novo regulamento de ocupação do espaço público que garanta a qualidade do mobiliário, que assegure padrões elevados de limpeza urbana e que salvaguarde a ocupação indevida do espaço público.

Não é, igualmente, aceitável que continuemos a assistir à ocupação abusiva dos automóveis neste local.

Reitero, assim, os sucessivos apelos que tenho feito ao civismo de todos, para que não haja circulação e estacionamento não autorizado neste espaço.

Reitero, também, os apelos às autoridades competentes, nomeadamente à GNR, para que realize ações concretas de fiscalização destas situações abusivas. Podemos colocar todas as barreiras, mas sem uma sistemática fiscalização esta situação não vai acabar.

Esta valiosa intervenção realizou-se para uma maior fruição do espaço público e não pode ficar refém de meros interesses egoístas, que colocam em causa a circulação e, principalmente, a segurança de quem livremente usufrui desta nossa "sala de visitas", com especial incidência para os mais vulneráveis: as crianças e os idosos.

Caminha, a Bela Marinheira, é como uma mulher minhota: tem uma beleza natural reconhecida, mas que fica, ainda, mais bonita quando coloca os seus colares e os brincos de rainha.

Os brincos foram colocados e a beleza de Caminha ficou sublimada.”

Não havendo mais inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 33 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.



Assembleia Municipal de Caminha

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 33 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

O **PRESIDENTE DA MESA** agradeceu a todos os presentes a colaboração e declarou encerrada a Sessão, quando eram 21H45M, do dia 30 de abril de 2021, da qual, para constar e por estar conforme, se lavrou a presente Ata, que vai ser assinada pelos membros da Mesa.

O Primeiro Secretário

(João Alberto Silva)

A Segunda Secretária

(Sónia Lajoso)

O Presidente

(Luís Augusto Pestana Mourão)